

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO FEMININA: AS PROPOSTAS
PRESENTES NO JORNAL “A PLEBE” (1932-1934)**

MARIA EDUARDA DE ALVARENGA

**MARINGÁ
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS**

**EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO FEMININA: AS PROPOSTAS PRESENTES NO
JORNAL “A PLEBE” (1932-1934)**

Dissertação apresentada por Maria Eduarda de Alvarenga, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas.

Orientador:

Prof. Dr.: MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA
GOMES

MARINGÁ
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Após a realização da defesa e a finalização dos ajustes sugeridos pela banca examinadora, o aluno deverá providenciar a confecção da Ficha Catalográfica do trabalho junto à Biblioteca Central da UEM (BCE). A solicitação deverá ser feita no site da BCE pelo link <http://www.bce.uem.br/servicos-1/catalogacao-na-publicacao>

MARIA EDUARDA DE ALVARENGA

**EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO FEMININA: AS PROPOSTAS PRESENTES NO
JORNAL “A PLEBE” (1932-1934)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes (Orientador) – UEM

Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento – UEPG – Ponta Grossa

Profa. Dra. Analice Czyzewski – UEM

03/04/2024

Dedico este trabalho à força incansável das mulheres trabalhadoras, cuja coragem e determinação na luta por igualdade e justiça inspiram gerações. Que esta dissertação contribua para amplificar suas vozes e conquistas!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, cuja infinita graça e sabedoria me proporcionaram força, inspiração e resiliência ao longo desta jornada. Sua presença constante guiou meus passos e iluminou meu caminho, o que me permitiu superar desafios e alcançar este importante marco em minha vida acadêmica.

Aos meus pais, Cicera e Roberto, cujo amor e apoio moldaram a pessoa que sou hoje, quero expressar uma gratidão que transcende palavras. Vocês me ensinaram, desde o início, a importância da justiça e da igualdade, e a trajetória que percorro hoje é um tributo ao legado que vocês me deixaram. Eu sou porque vocês são.

Ao meu companheiro de vida, Lucas, que, pacientemente, esteve ao meu lado em cada passo deste caminho, compreendendo a minha ausência e as horas de silêncio. Suas palavras de encorajamento nos momentos difíceis e sua confiança em minhas capacidades foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui. Sem você, este sonho não teria se tornado realidade. Obrigada por ser meu maior incentivador.

Aos amigos que caminharam ao meu lado, que compartilharam alegrias e angústias, agradeço por serem meu estímulo. Nossa amizade é a prova de que a jornada se torna mais rica quando partilhada com almas afins.

Ao meu querido professor orientador, Marco Antônio, que guiou e moldou este trabalho transcendendo o acadêmico e se estendendo ao pessoal, quero expressar uma gratidão profunda. Sua sabedoria e experiência iluminaram o caminho que percorri.

Esta pesquisa é uma jornada que atravessa as vozes silenciadas, os esforços invisíveis e a força inquebrantável das mulheres ao longo da história, agradeço a todas as aquelas que, através das eras, resistiram, lutaram e triunfaram. Vocês são a voz que ecoa em cada palavra escrita, a inspiração deste estudo e a lembrança constante de que nossa busca pela igualdade nunca cessa.

“Antes de tudo, e isso é o essencial, ela deve fazer uso do seu raciocínio para se despir dos vãos temores, dos tolos preconceitos e dos ridículos escrúpulos que lhe inculcaram a falsa moral de Deus e da Pátria, para assim, obter o seu pensamento emancipado. Uma vez com o pensamento emancipado a mulher há de estudar, há de investigar a causa da sua escravidão social e há de, sem grande esforço, compreender que essa causa tem sua razão de ser nas cadeias do capitalismo que a prende ao homem constringendo-a a mover-se com ele num círculo vicioso, num ambiente saturado de dôr e imoralidade” – Isabel Cerruti (A Plebe, 1920, n. 90).

ALVARENGA, Maria Eduarda de. **EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO FEMININA: AS PROPOSTAS PRESENTES NO JORNAL “A PLEBE” (1932-1934)**. 89 f. Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringá, 2024.

RESUMO

A presente dissertação propôs uma análise abrangente do projeto de emancipação feminina delineado pelo movimento anarquista, tal como representado nas páginas do jornal “A Plebe”, durante o período de 1932 a 1934. A pesquisa visou a identificar e compreender as propostas de emancipação feminina apresentadas pelo anarquismo, bem como examinar as condições de vida e trabalho da classe operária no contexto da Revolução Industrial e a influência do anarquismo na resistência dos trabalhadores. Tendo como metodologia o materialismo dialético, o estudo de caráter documental e bibliográfico explorou as relações entre o movimento anarquista, o movimento operário e a imprensa anarquista, especificamente o jornal “A Plebe”, destacando sua natureza educativa e sua contribuição para a disseminação das ideias libertárias. A problemática central da pesquisa reside na investigação das propostas de emancipação feminina expressas no jornal “A Plebe”, durante o período delimitado. Atingindo ao objetivo de identificar as condições de vida e trabalho da classe operária e analisar a atuação do movimento anarquista e sua relação com os trabalhadores, elencar o caráter educativo da imprensa nesta pesquisa, possibilitou a averiguação das contribuições e o papel da mulher segundo a teoria anarquista. Dessa forma, os resultados obtidos destacaram a ampla discussão sobre a participação feminina e as condições de trabalho das mulheres nas páginas do jornal “A Plebe”, revelando, por meio dos textos publicados, uma variedade de questões abordadas para além do feminismo, de modo a enriquecer o debate e a pluralidade de perspectivas. As conclusões da pesquisa apontaram para a importância do jornal em evidência como um espaço de discussão e reflexão sobre as questões de gênero e classe na sociedade brasileira da época, haja vista que o estudo reforçou o papel do anarquismo na promoção da igualdade de gênero e na luta por melhores condições de vida e trabalho para os operários, sobretudo as mulheres.

Palavras-chave: Educação; Anarquismo; Imprensa; Emancipação Feminina; A Plebe.

ALVARENGA, Maria Eduarda de. **EDUCATION AND FEMALE EMANCIPATION: PROPOSALS IN THE NEWSPAPER "A PLEBE" (1932-1934)**. 89 f. Master in Education – State University of Maringá. Supervisor: Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringá, 2024.

ABSTRACT

This dissertation proposed a comprehensive analysis of the women's emancipation project outlined by the anarchist movement, as represented in the pages of the newspaper "A Plebe" during the period from 1932 to 1934. The research aimed to identify and understand the proposals for female emancipation put forward by anarchism, as well as to examine the living and working conditions of the working class in the context of the Industrial Revolution and the influence of anarchism on workers' resistance. Using dialectical materialism as its methodology, the documentary and bibliographical study explored the relationship between the anarchist movement, the workers' movement and the anarchist press, specifically the newspaper "A Plebe", highlighting its educational nature and its contribution to the dissemination of libertarian ideas. The central problem of the research lies in investigating the proposals for women's emancipation expressed in the newspaper "A Plebe" during the period in question. To identify the living and working conditions of the working class and analyze the actions of the anarchist movement and its relationship with the workers, the educational character of the press in this research made it possible to ascertain the contributions and role of women according to anarchist theory. In this way, the results obtained highlighted the wide-ranging discussion about female participation and women's working conditions in the pages of the newspaper "A Plebe", revealing through the published texts a variety of issues addressed beyond feminism, enriching the debate and the plurality of perspectives. The conclusions of the research point to the importance of the newspaper in evidence as a space for discussion and reflection on gender and class issues in Brazilian society at the time, given that the study reinforced the role of anarchism in promoting gender equality and in the fight for better living and working conditions for workers, especially women.

Keywords: Education; Anarchism; Press; Women's Emancipation; A Plebe.

LISTA DE FIGURAS E QUADRO

Figura 1: Recorte de artigos e editoriais do jornal	15
Figura 2: Artigo retirado do periódico “A Plebe”	17
Figura 3: Convite para festival publicado no jornal	53
Figura 4: Poema “Deus”, de J. Carlos Boscolo, escrito na coluna “Estilhaços”	54
Figura 5: Capa do periódico com a legenda “A Revolução Social em marcha contra os inimigos”	55
Figura 6: Artigo “Paradoxos Femininos”	75
Figura 7: Continuação do artigo “Paradoxos Femininos” sem autoria assinada.....	76
Figura 8: Excerto do jornal escrito por Amilcar.....	77
Figura 9: Artigo publicado em “A Plebe”, escrito pela militante Isa Ruti.....	78
Figura 10: “Erguendo a sociedade do trabalho sobre o entulho do regime capitalista”	81
Quadro 1: Pesquisas selecionadas para a revisão de literatura.....	27

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. INDÚSTRIA E LUTA DE CLASSES: A ORIGEM DO MOVIMENTO OPERÁRIO	29
2.1 O MOVIMENTO OPERÁRIO NA EUROPA	30
2.2 TECENDO INTERSECÇÕES: O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO E O MOVIMENTO ANARQUISTA	34
2.2.1 O MOVIMENTO OPERÁRIO E A REVOLUÇÃO DE 1930 NO BRASIL	46
2.3 O JORNAL “A PLEBE”: CARACTERIZAÇÃO, COMPONENTES E ELEMENTOS	51
3. PATRIARCADO, CAPITALISMO E OPRESSÃO	58
3.1 A ORIGEM DA SUBMISSÃO DA MULHER: FAMÍLIA, PROPRIEDADE PRIVADA E ESTADO	59
3.2 A LUTA FEMININA NAS PÁGINAS DO JORNAL	67
3.3 O VOTO FEMININO NA PERSPECTIVA DE “A PLEBE”	71
3.4 RESISTÊNCIA NO JORNAL: AMOR LIVRE, EMANCIPAÇÃO E IGUALDADE DE GÊNERO	74
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86

1. INTRODUÇÃO

“No palco da história, as mulheres em cena,
Desafiando as correntes, com convicção serena.
No teatro da vida, a luta a se desenrolar,
Na busca por um mundo mais justo,
a persistir sem parar.” – Bertolt Brecht

A presente dissertação se insere na Linha de Pesquisa História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, integrando o Grupo de Pesquisa Fundamentos Históricos da Educação da mesma instituição.

Elegemos como objeto de estudo o projeto de emancipação feminina proposto nas páginas do jornal “A Plebe”, no período delimitado temporalmente entre 1932 e 1934. Nesse aspecto, cabe esclarecer que a imprensa operária se constitui em um importante instrumento de formação dos trabalhadores e, portanto, fonte para a compreensão da história da educação da classe trabalhadora. Trata-se de compreendê-la como instrumento de comunicação, formação e organização da militância do operariado.

Nesse sentido, consideramos a educação em um sentido amplo que não se restringe à educação escolar, ainda que essa tenha sido uma estratégia do movimento anarquista no Brasil e em outros países. De tal modo, entendemos como parte da formação do indivíduo que ocorre também em outros espaços sociais e por outros meios, tais como a leitura de periódicos, peças teatrais, comícios etc.

O interesse pelo tema está relacionado à trajetória da pesquisadora como pedagoga e a necessidade de compreender a historicidade das formas pelas quais as mulheres trabalhadoras reivindicaram a igualdade de gênero ao longo de nossa história. De tal modo, será importante para esta dissertação a produção teórica das mulheres trabalhadoras que, por meio da imprensa, buscavam promover a consciência de classe de suas companheiras de infortúnio e seu papel na luta por uma sociedade livre.

Aqui, faz-se oportuno indicar a estreita vinculação da perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético com a organização da classe trabalhadora, ainda que o marxismo não tenha servido de suporte para as lutas anarquistas. Porém, é importante esclarecer que a compreensão das diferentes

correntes dentro do movimento operário decorre da análise criteriosa do movimento histórico que explicita o seu nascimento, as divisões internas e a luta pela superação das relações capitalistas como requisito para a emancipação humana.

Isso posto, elegemos como recorte temporal o período de 1932 e 1934, como expressão dos limites e contradições do projeto burguês presente na Revolução de 1930, que buscou cooptar as lideranças operárias em torno de um projeto de “união nacional”. Todavia, a ideia de nação não explicitava as contradições e divisões no interior da sociedade. Diante de um contexto histórico herdeiro do patriarcalismo e de uma economia periférica e dependente, pretendemos averiguar quais foram as propostas de emancipação das mulheres que se faziam presentes nas páginas do período “A Plebe”.

Antes de prosseguirmos, é necessário apontar para a importância da imprensa como fonte de estudo para os pesquisadores em história e, em particular, para a história da educação. Em relação aos jornais operários, podemos afirmar, em primeiro lugar, as dificuldades de circulação se considerarmos a repressão policial, a falta de recursos – e, como desdobramento, a falta de regularidade nas publicações.

Outra questão a ser destacada é que nenhum periódico deve ser compreendido de forma isolada das contradições presentes em uma sociedade de classes. Jornais e revistas se constituem em materializações de projetos sociais, tornando-os uma expressão de interesses específicos em torno de objetivos comuns. Além dos aspectos elencados, cabe registrar a existência de correspondências entre trabalhadores oriundos do continente europeu com seus conterrâneos militantes do movimento operário europeu entre fins do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Os temas presentes nas cartas giravam em torno dos abusos patronais, das arbitrariedades do Estado, organização dos trabalhadores, além da reprodução de artigos escritos por teóricos do movimento operário etc.

Como apontamento metodológico, é importante afirmarmos que a produção dos trabalhadores é, sim, uma produção ideológica, assim como toda produção humana, inclusive a própria historiografia, conforme assevera Michel de Certeau (1982), dentre outros teóricos. Não entendemos ideologia dentro do que Silvio Gallo (1995, p. 65) coloca como “concepção clássica marxista”, isto é, como falseamento da realidade, mas como uma maneira de ver o mundo, uma cosmovisão. Esse discurso ideológico produzido sobre a educação, em um dado espaço de tempo, é o tema da nossa

abordagem. Não só o discurso em si, mas como chegou até nós, o que levou a ser conservado frente a outros discursos que não tiveram a mesma sorte. Nesse sentido, destacamos a produção dos trabalhadores, não de forma individual, mas sempre agregados a alguma associação operária. Para tanto, observamos os discursos reproduzidos em seus impressos para o público.

Concernente ao exposto, faz-se necessário retomarmos alguns aspectos importantes para a compreensão do objeto de nossa pesquisa. Fundada em 1917, “A Plebe” se constituiu como expressão da imprensa, independentemente dos interesses dominantes, e identificada como um jornal vinculado ao movimento anarquista. Não foi o único periódico a circular nesse período, mas se tornou um dos mais longevos e combativos da imprensa operária.

As origens do periódico remontam ao contexto histórico da Primeira Guerra (1914-1918), marcado pelo rebaixamento dos salários, violência do Estado oligárquico contra a classe trabalhadora e da Greve Geral de 1917. O jornal surgiu como um desdobramento de outro periódico, “A Lanterna”, que teve suas atividades encerradas em 1916.

Edgard Leuenroth e Florentino de Carvalho foram seus primeiros editores e, dentre as questões abordadas pelo jornal, encontramos as discussões sobre a organização dos trabalhadores, as greves operárias, a educação anarquista, as condições de vida e trabalho da mulher trabalhadora etc.

Apresentando-se como um periódico anarquista e anticlerical, a primeira edição foi disponibilizada ao público em 9 de junho de 1917. Inicialmente, a periodicidade do jornal era semanal, chegando a ser diário em 1919, ao ser proibido de circular em 1924, ainda que o fizesse de forma clandestina. Os obstáculos materiais, a repressão policial, a criminalização do movimento operário, dentre outros problemas, constituem-se na expressão das dificuldades enfrentadas pelos jornais operários do período.

Porém, independentemente da violência, da censura ou mesmo da prisão de seus organizadores, na avaliação de Rodrigo Rosa da Silva (2005), “A Plebe” pode ser considerada o “mais importante” veículo da imprensa anarquista no Brasil.

Sem dúvida, o jornal de Leuenroth foi o mais importante e mais duradouro órgão da imprensa anarquista no Brasil. Existiu por mais de trinta anos, sendo publicado até 1949, com pequenas interrupções devido a problemas financeiros e perseguições policiais. Teve

periodicidade bimestral, mensal, semanal e, em 1919, publicava-se diariamente, atingindo uma tiragem de 10 mil exemplares. Circulava por todo o país e até no exterior. A distribuição do jornal dava-se por meio de venda direta nas ruas pelos próprios militantes anarquistas, através de pontos de venda pela cidade, como bancas de jornal, e era remetido também pelo correio. Enviava-se periodicamente uma cópia aos assinantes de diversas localidades do país e pacotes para serem vendidos por militantes em outras cidades. A folha mantinha-se com o valor das assinaturas, das vendas avulsas e das contribuições de indivíduos ou de listas de apoio, através das quais se recolhiam doações para a manutenção do periódico (Silva, 2005, p. 27-28).

Assim, “A Plebe”, além de fornecer informações, desempenhou um papel fundamental na organização e mobilização dos trabalhadores. Por meio de artigos, editoriais e reportagens, os meios de comunicação operários estimulavam a solidariedade entre os trabalhadores, compartilhavam experiências de luta bem-sucedidas e promoviam a unidade de classe, como apresentado na Figura 1.



Figura 1: Recorte de artigos e editoriais do jornal
Fonte: A Plebe (1933, n. 14, p. 3).

A partir dessas publicações, é possível notar que os trabalhadores podiam se informar sobre as ações de outros sindicatos e movimentos operários, fortalecendo, assim, a resistência e a luta coletiva.

Tratava-se de difundir a proposta de uma sociedade alicerçada na liberdade, sem pátria ou patrões, mas com responsabilidade e autodisciplina de todos. Para as lideranças ácratas, o futuro da humanidade implica na negação de todo postulado de autoridade, de dominação ou de exploração do homem pelo homem. Segundo Leuenroth, editor do periódico “A Plebe”, o indivíduo que segue as ideias oriundas do movimento anarquista é aquele “[...] que não quer ser oprimido, mas também não quer oprimir, que não quer ser explorado, mas também não quer explorar, que não quer ser iludido, mas também não quer iludir os outros” (Leuenroth, 1963, p. 22).

Nesse sentido, a imprensa operária¹ também foi importante para desafiar a ideologia dominante dos donos dos meios de produção e da classe dominante, que, muitas vezes, tentavam deslegitimar as reivindicações e a luta dos trabalhadores. Através de seus veículos de comunicação, os trabalhadores puderam contrapor essa visão e apresentar suas demandas de maneira clara e persuasiva.

De tal modo, “A Plebe” expressou uma proposta de construção de relações de igualdade e solidariedade entre todos. Porém, a construção da nova sociedade não seria obra do acaso, mas necessitava de ações educacionais e de propaganda que preparariam os trabalhadores para a transformação da sociedade. Seus editores e colaboradores partilhavam de uma perspectiva de imprensa que privilegiasse a formação da militância anarquista.

Essas questões remetem ao caráter pedagógico e educativo do periódico, tal como aponta Khoury (1988, p. 83):

[...] decisivamente no processo auto-educativo; como meio de comunicação ágil e pouco dispendioso, este é usado como um dos principais órgãos de militância e revela dados abundantes sobre essa experiência complexa dos agentes, onde ação profissional e militante se misturam [...].

São diversos os indicativos de que “A Plebe” procurou promover a formação política de seus leitores. Dentre eles, podemos indicar a listagem de livros para

¹ Neste trabalho, entendemos imprensa operária como aquela que veiculava publicações diretamente ligadas à militância cotidiana contra a grande imprensa burguesa, sendo a primeira caracterizada como forma de conscientização e organização da classe trabalhadora.

leitura, publicação de artigos de análise do contexto político, social e econômico, além, é claro, discutir as questões relativas ao papel da mulher no movimento operário.

De tal modo, “A Plebe”, assim como outros órgãos da imprensa operária, teve um impacto significativo na difusão e consolidação do anarquismo² como movimento político e social.

Nessa direção, ao analisarmos a fonte primária deste estudo, notamos que a explicação para anarquismo é feita, e se repete, em algumas edições do jornal.

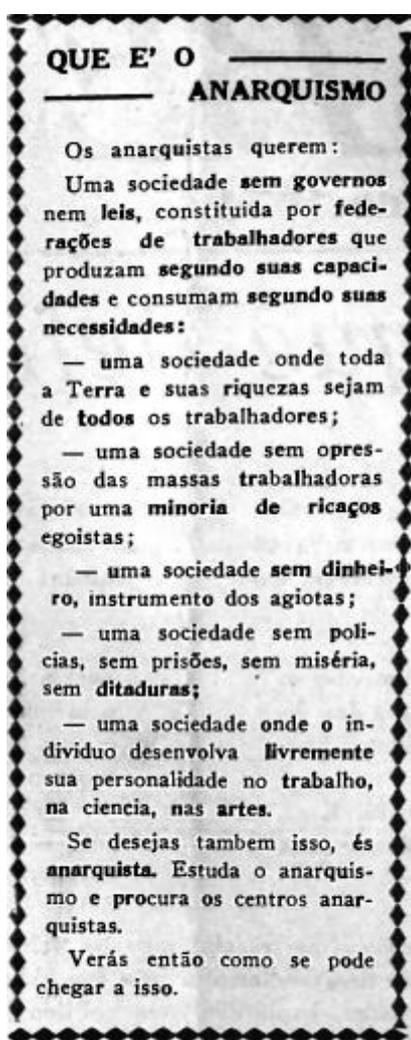


Figura 2: Artigo retirado do periódico “A Plebe”
Fonte: A Plebe (1934, n. 73, p. 1).

² Segundo a obra *Dicionário do Pensamento Marxista*, datada em 2001, o conceito de anarquismo deve ser definido como “Doutrina e movimento que rejeitam o princípio da autoridade política e sustentam que a ordem social é possível e desejável sem essa autoridade” (Bottomore, 2001, p. 28).

O anarquismo para o periódico, então, priorizava a partilha das riquezas produzidas pelos trabalhadores entre todos; para além disso, defendia o fim à opressão contra a classe operária causada pela burguesia.

Nesse contexto, tendo sua origem na primeira metade do século XIX e início do século XX, em um contexto de transformações políticas, a imprensa anarquista se disseminou em diversos países ao redor do mundo, influenciada pelas condições políticas, sociais e culturais de cada região. Alguns países, no entanto, tiveram uma presença mais notável em seu território.

Na Espanha, por exemplo, a imprensa anarquista teve uma influência significativa. Durante o final do século XIX e o início do século XX, exerceu um papel importante no espalhamento das ideias anarquistas e na organização dos trabalhadores. Jornais como “La Protesta”, “Solidaridad Obrera” e “Tierra y Libertad” são exemplos conhecidos de publicações anarquistas espanholas.

Na Itália, também houve uma forte presença da imprensa anarquista. Jornais como “La Questione Sociale”, “Umanità Nova” e “Il Libertário” tiveram grande circulação e contribuíram para a disseminação do anarquismo e a mobilização dos trabalhadores. Em outros países, como França, Argentina, Estados Unidos, México, a imprensa anárquica também teve um papel relevante, haja vista que suas publicações nos periódicos desses países eram variadas e abordavam temas, como a luta sindical, a emancipação das mulheres e uma crítica ao capitalismo e ao Estado.

É importante alertar que a imprensa anarquista não estava restrita a um país ou região específica. Ela foi um fenômeno transnacional, com redes de comunicação e intercâmbio entre diferentes publicações e militantes anarquistas ao redor do mundo. Através dessa rede, as ideias e ações puderam se propagar e influenciar movimentos sociais e políticos em diversas partes do mundo.

No Brasil, a veiculação da maior parte dos jornais anarquistas era financiada por meio de assinaturas e doações dos leitores, o que garantia uma certa independência em relação aos interesses comerciais e políticos, especialmente, durante a década de 1930.

Com as inúmeras mudanças e um conjunto de eventos que culminaram na chamada “Revolução de 1930”, um movimento que resultou na queda do regime oligárquico da República Velha e que fez com que Getúlio Vargas emergisse como uma figura central tendo o apoio de diversos setores insatisfeitos com a situação

política e econômica do país. Nesse momento, o Brasil adentrava no início de uma nova fase em sua história política.

Não podemos deixar de pontuar que, no período em evidência, ocorreram diversos fatos que contribuíram para a crise do regime oligárquico e a ascensão de novas forças políticas. A crise econômica mundial de 1929, que levou à queda das exportações agravando as condições sociais e econômicas da população, pode ser citada como um grande exemplo.

Tal contexto histórico foi caracterizado por uma série de medidas e políticas reformistas. Vargas buscou centralizar o poder, implementar medidas de modernização econômica e promover uma maior intervenção do Estado na economia. Além disso, adotou políticas de proteção social, como a legislação trabalhista, que, em teoria, visava a melhorar as condições de trabalho e fortalecer, erroneamente, a imagem do Estado como protetor dos trabalhadores.

O que pouco se discute é que o governo de Vargas também foi marcado por momentos autoritários e repressivos, como a instauração do Estado Novo em 1937, que suspendeu a democracia e restringiu as liberdades civis.

Nesse viés, entendemos que, ao longo dos séculos, as vozes do movimento anarquista encontraram na educação um caminho para questionar as normas opressivas e oferecer às mulheres oportunidades de empoderamento e autonomia.

O anarquismo refletia o protesto e o inconformismo da pequena burguesia contra o desenvolvimento do capitalismo em grande escala e o Estado centralizador que salvaguarda os interesses da burguesia. Esse protesto tomava a forma de negação, não de um qualquer Estado real, verdadeiramente existente, mas de “um Estado abstrato, o Estado enquanto tal, um estado que não existe em parte alguma” como escreveu Marx em *A Aliança da Democracia Social e a Associação Internacional dos Trabalhadores* (1873, seção II). E, o que é mais importante, o anarquismo negava o que havia de mais essencial, segundo a concepção de Marx e Engels, na luta pela emancipação da classe operária: a ação política de um partido independente da classe operária voltado para a conquista, e não para a destruição imediata, do poder de Estado (Bottomore, 2001, p. 30, grifos do autor).

A educação anarquista tinha como objetivo transformar a mentalidade humana em diferentes aspectos: político, econômico e social. Para eles, as tradições influenciavam na formação intelectual e moral do indivíduo, na atual organização

social, em que os meios culturais estão açambarcados, como estavam os elementos de produção e consumo, por exemplo. Mas, em uma sociedade que busca deixar ao alcance de todos uma educação pautada na ciência e na arte, isso não acontecerá igualmente, pois “[...] a ciência, o novo sol, verterá calor e luz sobre o céu da nova civilização” (A Plebe, 1934, n. 59, p. 2).

Nessa direção, exploraremos, também, a relação intrínseca entre a imprensa anarquista e as propostas de emancipação das mulheres manifestada nas edições de 1932 a 1934 do periódico “A Plebe”, analisando como esses elementos se entrelaçaram e influenciaram a trajetória das mulheres na busca por igualdade e liberdade.

Nesse sentido, a questão da emancipação das mulheres pela sua libertação econômica e cultural foi reforçada no amplo debate que os anarquistas travaram, ao criticar as instituições burguesas e patriarcais. A luta pela independência feminina era, nesse registro, primeiramente uma questão moral: trata-se de libertar-se do modelo burguês de feminilidade imposto e de construir uma nova figura de mulher (Rago, 1997, p. 77-78).

Ao considerarmos a imprensa um instrumento que realiza uma função de extrema importância na luta de classes, afirmamos que ela é um veículo essencial para a disseminação de ideias e mobilização dos indivíduos envolvidos nessa luta, sobretudo para as mulheres. Nessa perspectiva, entendemos que tanto a imprensa alternativa quanto a oficial têm sido utilizadas como ferramenta de poder, com o intuito de fortalecer os interesses das classes dominantes ou, por outro lado, de dar voz e visibilidade aos oprimidos.

Nas mãos da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, a imprensa operária assume um caráter de resistência, permitindo a divulgação de informações críticas, denúncias de injustiças e a articulação de estratégias de mobilização. É por meio dela que os trabalhadores podem romper com a hegemonia discursiva, construir uma consciência de classe e reivindicar seus direitos, desafiando as estruturas de poder estabelecidas.

Para tanto, reconhecer a importância da imprensa como um grande veículo de comunicação – e que é pleno de caráter formativo na luta de classes – é indispensável para compreendermos a dinâmica desse movimento e colaborarmos com a busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao ter em vista que a perspectiva anarquista enfatiza a igualdade, a autonomia e a liberdade individual e coletiva, vale ressaltar que o objeto deste estudo em evidência proporcionava para a época um espaço de debate e reflexão sobre o papel e as formas de opressão enfrentadas pelas mulheres no período de sua veiculação, justamente por desafiar as normas patriarcais e oferecer alternativas para o rompimento de antigos ideais.

Isso posto, como objetivo geral, debruçamo-nos a analisar o projeto de emancipação feminina proposto pela corrente anarquista presente nas páginas do jornal “A Plebe”, no período delimitado temporalmente entre 1932 e 1934, para que assim, posteriormente, fosse possível esmiuçar os seguintes objetivos específicos: identificar as condições de vida e trabalho da classe operária no contexto da Revolução Industrial e o anarquismo no contexto da resistência dos trabalhadores; analisar a atuação do movimento anarquista e sua relação com o movimento operário associando o caráter educativo da imprensa encontrado no jornal “A Plebe” ao contexto histórico, político e econômico no Brasil; e investigar as contribuições e o papel da mulher, segundo a teoria anarquista, propostos nas páginas do jornal “A Plebe”.

Nesse contexto, revisitar a história sobre as lutas das mulheres pela sua emancipação se constitui em um tema atual diante dos retrocessos percebidos. Compreender as lutas do passado e os processos de transformação não é uma prova de erudição, mas uma necessidade para os futuros educadores e educadoras.

Dessa forma, ao longo do caminho, notou-se que discussões sobre a igualdade de gênero ainda não foram resolvidas de modo pertinente – e nem o serão em uma sociedade marcada pelos antagonismos de classe. Posto isso, por meio do levantamento bibliográfico e da breve análise da fonte deste estudo, verificou-se a essencialidade deste, uma vez que diversos discursos apresentados no jornal são debatidos por mulheres; para além disso, propõem uma educação que busca defender a sociedade igualitária que priorize a formação baseada na diversidade.

Maria Seijó (1933), colunista do jornal, afirma que:

A religião com seus sofismas obscuros e humilhantes adormece às massas inconscientes, as quais prostradas e de cabeça inclinada, mostram-se incapazes de valer-se por si mesmas, tudo esperando daquele que crê origem do bem e do mal [...] Mulheres que formais

ao homem: despertai das trévas, abri os olhos á luz por meio de instrução; para que não constitua a nossa ignorância a causa dos nossos males, é necessário compreender que todos os nossos atos têm éco aqui e não no futuro da ultra tumba; fazei todo o possível para que este vale de lágrimas seja convertido em um paraizo (A Plebe, 6 de maio de 1933, n. 23, p. 2).

Diante da afirmativa, a autora expõe a necessidade de as mulheres se unirem em prol umas das outras, de tal forma a romper com a ignorância provocada pelas crenças que lhes influenciavam.

Nesse caso, ao olhar da justificativa social e acadêmica, podemos afirmar que a participação de mulheres na imprensa anarquista denota uma participação política no contexto da época, que ainda não fora alcançada plenamente nos dias de hoje. Em virtude disso, artigos e reflexões relacionadas a essa temática se fazem essenciais para a superação da sociedade patriarcal.

Da perspectiva pessoal, a pesquisa se justifica a partir do interesse pelas questões de gênero surgido nas aulas da disciplina de História da Educação que a pesquisadora teve durante a graduação e durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, em que foram analisadas as primeiras edições do periódico.

Destarte, o anarquismo e a luta das mulheres para uma superação de sua posição se encontram em diversas frentes, mesmo sendo fenômenos distintos. Para Mariana Affonso Penna (2016), o lugar dado às mulheres é naturalmente inferiorizado quando comparado ao dos homens, mas houve anarquistas femininas que se organizaram para refletir sobre sua posição, bem como militantes do gênero masculino que foram forçados a considerar a igualdade de gênero uma questão a ser debatida e superada.

Assim, ao realizar uma análise histórica, entende-se que houve a necessidade de substituição da mão de obra escrava nas lavouras de café pelo trabalho dos imigrantes europeus nas fábricas no final do século XIX e início do século XX. A partir desse instante, os trabalhadores que passaram a ser denominados de operários têm suas ideias, em grande parte, pautadas na ideologia anarquista, que prevê a extinção do Estado, da propriedade privada e, sobretudo, da emancipação humana.

Sabemos que o movimento anarquista, em suas mais variadas correntes, buscou despertar valores de solidariedade, igualdade, liberdade e responsabilidade

entre seus adeptos, a fim de interpretar as lutas travadas no interior do movimento operário para resgatar a utopia social de uma sociedade livre.

Vale a pena ressaltar, ainda, que a gênese da militância anarquista no Brasil foi inspirada e pautada nas ideias libertárias de Francisco Ferrer y Guardia, trazidas na bagagem dos imigrantes europeus que, ao desembarcarem no país, encontraram uma triste realidade de miséria nada compatível com o sonho de uma vida melhor da que levavam. Por esse motivo, a pesquisa se compromete em esclarecer o projeto de emancipação das mulheres proposto por militantes anarquistas que atuavam no jornal como forma de compreender a luta operária em sua totalidade.

A história da educação está repleta de movimentos e correntes de pensamento que buscaram transformar as estruturas sociais e promover a emancipação das mulheres. Nesse contexto, a imprensa anarquista manteve função indispensável como meio de disseminação de ideias progressistas e lutas por igualdade de gênero.

Nessa direção, esta pesquisa se propõe a atingir o objetivo amplo de analisar o projeto de emancipação feminina proposto pela corrente anarquista presente nas páginas do jornal “A Plebe”, no período delimitado temporalmente entre 1932 e 1934; para além disso, evidenciaremos as condições de vida dos operários contrapondo a atuação do movimento anarquista e seu caráter educativo desempenhado por meio do jornal no período da década de 1930. Para tanto, buscamos responder à questão: quais são as propostas de emancipação feminina descritas no jornal durante o período de 1932 a 1934?

Por meio da análise dos textos publicados no jornal, investigaremos esmiuçadamente de que maneira o periódico abordava temas, como direitos das mulheres, relações familiares, sexualidade, trabalho doméstico e participação política, tendo em vista as estratégias de promover a conscientização e a mobilização das mulheres, bem como o impacto de suas publicações na luta feminista da época.

Outrossim, será levado em consideração o contexto histórico e social em que o jornal “A Plebe” circulava, observando as condições e desafios enfrentados pelas mulheres da década de 1930, de maneira a serem investigadas as possíveis contradições e limitações presentes nas abordagens anarquistas em relação à questão de gênero, ao considerar as críticas e reflexões feministas contemporâneas.

Nesse contexto, no que diz respeito ao encaminhamento metodológico adotado na pesquisa, quando destacamos as ações editoriais do período “A Plebe”, buscamos

analisar e compreender a tradição dos trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas pela emancipação em todas as suas dimensões, possibilitando, dessa forma, o entendimento de sua historicidade e da necessidade de compreendê-las, de modo a iluminar as lutas futuras em busca da emancipação humana. Assim, para analisar as propostas de emancipação feminina presentes nas páginas do jornal “A Plebe”, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, recorreremos ao pensamento de Marx e Engels (1998) e seu envolvimento com os acontecimentos econômicos, históricos e políticos de sua época, bem como a postura militante de tais intelectuais.

Nesse sentido, cabe apontar que, para Marx e Engels (1998), os fenômenos da sociedade, o que inclui a educação, não se explicam por si sós, mas a partir das condições materiais estabelecidas entre os homens. Assim, considerando a imprensa e a educação como expressão das atividades humanas, são compreendidas como partícipe da totalidade da organização social. Não se trata de instâncias autônomas que pairam acima dos interesses de classe, mas expressam suas contradições e projetos de sociedade.

Vale acentuar que a educação não pode ser reduzida aos espaços escolares. Esta é apenas um dos mecanismos utilizados pela sociedade para a formação dos indivíduos. Nesse âmbito, a imprensa também se constitui um instrumento educativo e formador, tendo em vista que as ideias manifestadas nos artigos de um veículo de comunicação não apresentam neutralidade.

Se o objetivo é analisar o projeto de emancipação feminina proposto pela corrente anarquista presente nas páginas do jornal “A Plebe”, não devemos nos limitar tão somente ao que está impresso nos jornais, mas se torna necessário compreender a organização da produção em uma sociedade periférica, como o Brasil das décadas iniciais do século XX, além de compreender as formas de luta do movimento operário no período.

Considerando o passado escravocrata e patriarcal de nossa sociedade, a concentração da propriedade privada nas mãos de poucos e o Estado a serviço de uma minoria, as relações sociais eram marcadas pelo autoritarismo, pela desigualdade e violência contra os trabalhadores. Poderia ser diferente?

A democracia oligárquica e burguesa não penalizava os trabalhadores apenas por meio da repressão e miséria. Basta nos recordar das eleições marcadas pela fraude. A rigor, não havia dispositivo legal que impedisse a participação dos

trabalhadores, mas a prática dizia o contrário. Se, por um lado, a República aboliu o voto censitário, por outro, instituiu a exclusividade do direito ao voto apenas aos homens maiores de 21 anos alfabetizados em um país majoritariamente formado por analfabetos.

Segundo Florestan Fernandes (1987, p. 206):

[...] a Primeira República preservou as condições que permitiram, sob o Império, a coexistência de “duas Nações”, a que se incorporava à ordem civil (a rala minoria, que realmente constituía uma ‘nação de mais iguais’), e a que estava dela excluída, de modo parcial ou total (a grande maioria, de quatro quintos ou mais, que constituía a “nação real”). As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização.

Assim, considerando o caráter antagônico presente na sociedade brasileira, a luta entre classes é inevitável.

A história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, membro de corporação e oficial-artesão, em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora dissimulada, ora aberta, que a cada vez terminava com uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrota comum das classes em luta (Marx; Engels, 1998, p. 7).

Mesmo que assumindo formas diferentes, desde a antiguidade até o presente, a história expressa a luta entre opressores e oprimidos, escravos e senhores, servos e nobres, proletariado e burguesia. Ora, se as ideias da classe dominante são dominantes, a educação poderia ser emancipadora? Se a resposta parece óbvia, isso não significa a inexistência de contradições no âmbito educacional, o que inclui a luta dos trabalhadores pela apropriação do conhecimento.

De modo a nos utilizar do materialismo histórico-dialético nesta discussão, é possível analisar a condição das mulheres na década de 1930 dentro do contexto mais amplo das relações sociais e econômicas da época. Nessa perspectiva, as ideias que circulam na sociedade nada mais são do que a expressão, no plano

intelectual, de aspectos das relações materiais entre burguesia e proletariado das décadas iniciais da República.

Munidos conceitualmente dessa teoria, entendemos como a opressão e a subordinação das mulheres estavam relacionadas à estrutura capitalista, que se baseia na exploração da força de trabalho, na divisão de classes e nas formas de resistência da mulher trabalhadora.

Nesse viés, investigamos as condições materiais em que as mulheres viviam na década de 1930, incluindo seu acesso à educação, sua participação no mercado de trabalho, suas relações familiares e sua representação política. Além disso, essa metodologia permitiu analisar as contradições e os conflitos existentes na sociedade, evidenciando as lutas das mulheres por igualdade, direitos e emancipação que ainda se estendem atualmente.

Por fim, o percurso metodológico adotado na dissertação se orientou pela pesquisa histórica, bibliográfica e documental. Nesse ínterim, as fontes de pesquisa foram coletadas no *site* do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. No entanto, cabe ressaltar que as fontes não falam por si, tampouco são autônomas, mas expressam as respostas que determinados homens encontraram diante dos problemas enfrentados.

Em síntese, as análises presentes no periódico refletem o contexto histórico marcado pelos antagonismos de classe onde se inserem as disputas. Não se pode investigar os jornais anarquistas sem compreender esse contexto. As relações materiais estabelecidas entre os homens explicam as ideias que circulam nesse espaço, haja vista que a infraestrutura auxilia no conhecimento da superestrutura.

Com o intuito de tecer discussões aprofundadas acerca do estado da arte que abarca a presente pesquisa, levantamos a literatura pertinente ao tema e ao período em questão. Ao retomarmos os estudos acerca da emancipação feminina e da imprensa anarquista, elencamos as principais pesquisas dos últimos vinte anos delimitando a busca pelas palavras-chave: mulheres; anarquismo; imprensa; a plebe.

Em um primeiro momento, mais de cem mil resultados relacionados às palavras-chave foram encontrados. Com o refinamento de dissertações na área da educação, o número caiu para pouco mais de três mil pesquisas. O quadro a seguir foi elaborado pela autora com os títulos que abordam a temática não no sentido de

relativizar as concepções de cada trabalho, mas com o intuito de possibilitar uma análise mais rigorosa do próprio objeto deste estudo.

TÍTULO	TIPO	AUTOR(A)	ANO
A constituição do homem novo anarquista no ideário dos intelectuais do Jornal “A Plebe”	Dissertação	Ody Furtado Gonçalves	2002
Francisco Ferrer y Guardia: educação e imprensa anarco-sindicalista – “A Plebe” (1917-1922)	Dissertação	Aracely Mehl Gonçalves	2007
Traçando a anarquia: o imaginário dos militantes do Jornal A Plebe e as suas ilustrações (1917-1924)	Dissertação	Ricardo Ferrini Garzia	2013
O jornal A Plebe: militância e estratégias de propaganda anarquista no movimento operário em São Paulo (1917 a 1920)	Dissertação	Kauan Willian dos Santos	2013
As sexualidades d’a Plebe: um breve olhar sobre os discursos e os debates sobre sexualidade no jornal anarquista A Plebe (1917-1951)	Dissertação	Ana Claudia Ribas	2015

Quadro 1: Pesquisas selecionadas para a revisão de literatura

Fonte: elaborado pela autora.

Na pesquisa intitulada “A constituição do homem novo anarquista no ideário dos intelectuais do jornal A “Plebe””, Gonçalves (2002) discute a concepção de educação para os intelectuais anarquistas que escreviam no jornal. O autor, ainda, discorre em seu trabalho que a imprensa foi tida como o principal instrumento pedagógico que veiculava saberes e os articulava às ações do movimento operário.

A dissertação denominada “Francisco Ferrer y Guardia: educação e imprensa anarco-sindicalista – A’Plebe (1917-1922)”, discorrida por Gonçalves (2007), embora tenha como referenciais teóricos o materialismo dialético e as ideias marxianas, mantém o seu desenrolar voltado para as propostas pedagógicas de Francisco Ferrer y Guardia, que estão presentes nos textos do periódico com o intuito de discutir a organização das escolas libertárias.

No artigo de Ricardo Ferrini Garzia (2013), intitulado “Traçando a anarquia: o imaginário dos militantes do Jornal A Plebe e as suas ilustrações (1917-1924)”, o autor se concentra em investigar o imaginário social dos militantes que ilustravam as páginas do periódico anarquista. Garzia (2013) também ressalta, em sua pesquisa, a

contribuição das manifestações visuais impressas no jornal para a promoção da comunidade anarquista.

O artigo de Santos (2013), denominado “O jornal A Plebe: militância e estratégias de propaganda anarquista no movimento operário em São Paulo (1917 a 1920)”, propõe uma análise do periódico em evidência desde sua origem, contemplando as perspectivas da corrente anarquista com aplicação na mobilização da classe trabalhadora. Para Santos (2013), o jornal ultrapassava a ideia de ser lido somente para anarquistas; tratava-se, para tanto, de uma ferramenta educativa que era lida por muitos operários.

Por fim, a pesquisa de Ana Claudia Ribas (2015), sob o título “As sexualidades d’A Plebe: um breve olhar sobre os discursos e os debates sobre sexualidade no jornal anarquista A Plebe (1917-1951)”, apresenta discussões relevantes ao lançar um olhar para a sexualidade masculina e feminina, propondo reflexões que abarcam o novo modelo de homem para a nova sociedade que se estabelecia nos anos de 1935.

Na próxima seção, dedicar-nos-emos a traçar as contribuições do Movimento Operário e Anarquista no Brasil e na Europa perpassando pela chegada dos imigrantes, de modo a trazer na bagagem ideias revolucionárias até a manifestação e organização dos operários nas fábricas brasileiras. A fim de compreender qual é a influência desses movimentos nos ideais propostos no jornal analisado, discutiremos a exploração, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e a repercussão das novas ideias advindas dos espaços europeus.

2. INDÚSTRIA E LUTA DE CLASSES: A ORIGEM DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Não se poder negar a necessidade de organização dos trabalhadores quando pensamos em superar dialeticamente a realidade da sociedade. Na história, os avanços alcançados pela classe operária só aconteceram mediante a resistência e muita luta. Em uma passagem célebre de Marx na Comuna de Paris, observamos um exemplo concreto de movimento revolucionário:

Assim como a máquina estatal e o parlamentarismo não são a vida real das classes dominantes, mas apenas os órgãos gerais organizados de sua dominação, as garantias políticas e formas de expressão da antiga ordem, a Comuna também não é o movimento social da classe trabalhadora, nem de uma regeneração geral da humanidade, mas o meio organizado de ação. A Comuna não extingue as lutas de classes, por meio das quais as classes trabalhadoras buscam a abolição de todas as classes e, dessa forma, da dominação de classe (pois ela não representa um interesse particular; representa a libertação do “trabalho”, que é a condição fundamental e natural da vida individual e social, que somente por meio de usurpação, fraude e meios artificiais se pode transferir dos poucos para os muitos), mas permite um meio racional em que a luta de classes possa percorrer suas diferentes fases na forma mais racional e humana. [...] A classe trabalhadora sabe que tem de passar por diferentes fases de luta de classes. Sabe que a superação das condições econômicas de escravidão do trabalho em favor de condições de trabalho livre e associado só pode ser o trabalho progressivo do tempo, [...] que ela exige não apenas uma mudança da distribuição, mas uma nova organização da produção, ou melhor, a libertação das formas sociais de produção do trabalho organizado atual (criado pela indústria atual) das peias da escravidão e de seu atual caráter de classe, e a coordenação harmoniosa nacional e internacional (Marx *Apud* Mézszáros, 2011, p. 574-575).

A citação de Marx, conforme interpretada por Mézszáros, destaca que a Comuna de Paris não é um fim em si mesma, mas um instrumento de ação organizado da classe trabalhadora. Embora não elimine imediatamente as lutas de classes, a Comuna proporciona um meio racional para que essas lutas evoluam de maneira mais humana. Nessa direção, sabemos que a Comuna de Paris evidenciou a potencialidade do proletariado para estabelecer e administrar um governo alternativo, contestando a hegemonia do estado burguês e sugerindo um sistema de participação democrática direta e autônoma.

Desse modo, Marx enfatiza que a emancipação do trabalho e a transição para um trabalho livre e associado são processos gradativos, que exigem a reorganização

da produção e a liberação das formas sociais de produção das amarras da escravidão e da dominação de classe. Assim, antes de pensarmos na superação das condições econômicas capazes de mudar o contexto social ao qual estamos imersos, traremos em questão, no desenvolvimento da próxima seção, a gênese do movimento operário no Brasil e na Europa propondo a contextualização da resistência que foi capaz de gerar a formação dos trabalhadores não somente nas indústrias, a partir de um jornal anarquista.

2.1 O MOVIMENTO OPERÁRIO NA EUROPA

A origem do Movimento Operário teve início durante a Revolução Industrial, que fora um período marcado por profundas transformações sociais e econômicas. Tal revolução, que teve sua efervescência na Inglaterra no final do século XVIII, introduziu a mecanização da produção com o crescimento das fábricas no Brasil e, passara a explorar a mão de obra da classe trabalhadora agora, na área industrial.

Antes desse período, as pessoas, em sua maioria, estavam envolvidas em trabalhos agrícolas e artesanais, mas, com a industrialização, houve uma concentração de trabalhadores em fábricas, onde estavam sujeitos a condições de trabalho insalubres, longas jornadas e salários baixos.

O trabalho industrial em si mesmo, na sua estrutura e organização característica, e a urbanização – a vida nas cidades que cresciam rapidamente – eram certamente as formas mais dramáticas da nova vida; nova porque mesmo a continuação pura e simples de alguma ocupação local escondia mudanças de longo alcance (Hobsbawm, 1997, p. 292).

No contexto da Revolução Industrial, as transformações no âmbito do trabalho foram profundas. Expropriado dos meios de produção, restou ao trabalhador a venda de sua força de trabalho para sobrevivência. A maquinaria substituiu o trabalho de inúmeros trabalhadores e eliminou a figura do artesão. Nessa fase, o proletariado constitui a “massa disseminada” por todo o país e dispersa pela concorrência (Marx; Engels, 1998, p. 29).

O interesse do burguês, obviamente, é a redução dos custos por meio dos salários, o que era facilitado pela quantidade de batalhões de trabalhadores disponíveis para indústria. A concorrência os coloca em disputa na busca de um emprego que garanta, minimamente, a sobrevivência sofrida e precária.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre da corporação patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoadas na fábrica, são organizados militarmente. Como soldados rasos da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também, dia a dia, hora a hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica. E esse despotismo é tanto mais mesquinho, mais odioso e exasperador quanto maior é a franqueza com que proclama ter no lucro seu objetivo exclusivo (Marx; Engels, 1998, p. 28).

Não por acaso, as condições materiais de trabalho são as mais duras imagináveis, pois não há limitação da exploração do trabalhador. Jornadas de trabalho exaustivas, multas, salários não pagos etc. Nunca se descansa. O apetite pelo lucro e reprodução do capital faz da burguesia uma classe que suprime os ritos sagrados dos tempos pretéritos.

Também não havia limites morais para a exploração de mulheres grávidas ou crianças. Orfanatos se tornaram espaços de recrutamentos de novos trabalhadores em nome da santidade do capital.

Quanto menos habilidade e força o trabalho manual exige, isto é, quanto mais a indústria moderna progride, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelo de mulheres e crianças. As diferenças de idade e de sexo não tem mais importância social para a classe operária. Não há senão instrumentos de trabalho, cujo preço varia segundo a idade e o sexo (Marx; Engels, 1998, p. 28).

Porém, a indústria moderna não criou tão somente mercadorias em escala global, mas também criou as circunstâncias para o florescimento do movimento operário que trilhou uma longa jornada de lutas em defesa dos trabalhadores e de uma sociedade futura. É importante dizer que tal movimento só foi possível graças à união e revolta da classe diante das mazelas proporcionadas à burguesia pelo capitalismo.

Em meados do século XIX, mais precisamente em 1848, a Europa vivenciou uma onda revolucionária que trouxe, como protagonista, a classe trabalhadora. Nesse

mesmo ano, Marx e Engels publicaram “*O Manifesto Comunista*”, que demarca o nascimento do chamado socialismo científico em oposição ao chamado socialismo utópico, representado por Henri de Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen.

Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhe seja peculiar (Marx; Engels, 1998, p. 48).

O chamado “socialismo utópico”, assim descrito por Marx e Engels (1998), reivindicava a luta por uma sociedade ideal, mas por meio de uma consciência universal da necessidade de superação das relações de produção presentes. Dessa forma, a utopia dos autores identificados com essa corrente reside nas estratégias pensadas para materializá-lo, desconsiderando os interesses da burguesia na manutenção da sociedade de classes.

Nesse contexto, destaca-se, também, o movimento anarquista que rivalizou com o marxismo. Um elemento característico do movimento libertário é a recusa absoluta de qualquer tipo de organização social e política fundamentada na coerção, concomitantemente ao desejo e da luta por uma nova sociabilidade em que a liberdade e a igualdade sejam seus fundamentos. Para alcançar esses objetivos, os anarquistas, ao menos nas correntes hegemônicas, fundamentadas no mutualismo, no cooperativismo e no anarco-comunismo, realçam continuamente a conexão entre os fins e os meios na política, enfatizando que não se pode chegar à sociedade futura por meio dos caminhos autoritários.

Para além do movimento anarquista, a corrente revolucionária, representada pelo marxismo, compreendia as reformas propostas pela burguesia como uma farsa, pois não alteravam as estruturas que fundamentavam as desigualdades. Por isso, nada de compromisso com os segmentos da burguesia que procuram “remediar os males sociais para assegurar a existência da sociedade burguesa” (Marx; Engels, 1998, p. 46).

Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade de vida moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem fatalmente. Querem a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionam e dissolvem. Querem a burguesia sem o proletariado (Marx; Engels, 1998, p. 47).

Em outras palavras, nenhum tipo de compromisso com a esquerda burguesa. Qualquer reforma que não tenha como objetivo final a superação da ordem capitalista atrasa ou impede o que é essencial, ou seja, a conquista revolucionária do poder.

É importante considerar, também, que, no calor das lutas, foram forjadas as primeiras associações de trabalhadores que, mesmo se constituindo em primeiro momento como instituições assistencialistas, vieram a dar origem aos sindicatos de trabalhadores. A exploração e a falta de direitos trabalhistas levaram os trabalhadores a se unirem e se organizarem para lutar por melhores condições de trabalho, formando associações, sindicatos e sociedades de ajuda mútua para defender seus interesses coletivos.

Rosa Luxemburgo (2010, p. 22) destaca que:

Os sindicatos têm por tarefa organizar-se no mercado da força do trabalho; mas a organização é constantemente ultrapassada pelo processo de proletarização das classes médias que trazem permanentemente para o mercado de trabalho novos recrutas. Os sindicatos propõem-se melhorar as condições de existência, aumentar a parte de riqueza social que vai para a classe operária; mas essa parte é constantemente reduzida, com a fatalidade de um fenómeno natural, pelo crescimento da produtividade do trabalho.

A definição dada pela autora contempla o princípio de que a função dos sindicatos é reforçar a luta da classe trabalhadora, de tal modo em que melhorias nas condições de vida e trabalho fossem alcançadas com mais afinco. Dessa maneira, “A Plebe”, ao se posicionar diante dessa temática, defende que os sindicatos não deveriam ser “a base construtiva da sociedade futura” (A Plebe, 1934, n. 53, p. 2), haja vista que a ele é reservado o papel de “organização de resistência dos trabalhadores como um fenómeno imanente da sociedade capitalista” (A Plebe, 1934, n. 53, p. 2), devendo desaparecer junto a esta.

Durante o século XIX, as primeiras organizações sindicais surgiram como uma maneira de unificar os operários em torno de demandas coletivas. Parafraseando Thompson (1988), os sindicatos representam a principal forma de resistência dos trabalhadores às injustiças do sistema de produção, demonstrando o papel essencial dessas entidades na defesa dos direitos trabalhistas.

Por fim, sem a pretensão de esgotarmos o tema do movimento operário europeu, mas oferecer subsídios para a compreensão da organização dos trabalhadores brasileiros nas décadas iniciais do século XX, é possível considerar que

as ações reivindicativas do operariado são inseparáveis das contradições geradas pelo capitalismo.

Dessa forma, distintamente da Europa, o processo de industrialização de urbanização e de surgimento das indústrias no Brasil, ainda que diferente do “velho continente”, também foi marcado por contradições insolúveis. Assim, a formação do operariado urbano se constituiu em um processo singular, mas também envolto na exploração do capital sobre o trabalho.

Ao ter delineado o contexto histórico e teórico, a seção subsequente será dedicada a uma análise detalhada do Movimento Operário no Brasil, investigando sua evolução, características e principais demandas. Ademais, será analisada a interação entre o Movimento Operário e o Movimento Anarquista, com o intuito de evidenciar como esses movimentos se influenciaram mutuamente e quais foram os impactos concretos de suas atividades na vida dos trabalhadores brasileiros. Tal análise permitirá a compreensão da contribuição de ambos os movimentos para as conquistas sociais, bem como para a formação da consciência de classe entre os trabalhadores no país.

2.2 TECENDO INTERSECÇÕES: O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO E O MOVIMENTO ANARQUISTA

No momento de crise do regime imperial no Brasil, fundamentalmente nas décadas finais do século XIX e início do século XX, as oligarquias cafeeiras associadas ao capital estrangeiro diversificam a economia a partir de investimentos em outras áreas. A construção de ferrovias, o processo de crescimento urbano, a entrada de imigrantes e o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo não duráveis possibilitam o surgimento da classe operária em nossas terras. Concomitantemente, uma burguesia industrial inicia seus primeiros passos no Brasil.

O desenvolvimento do mundo fabril e urbano, localizado fundamentalmente na região Sudeste, impulsiona igualmente a diversificação de camadas médias urbanas que, tal qual com a classe operária em formação, reivindicam maior participação política em oposição ao controle exclusivo das oligarquias.

A origem da classe operária ocorre nos últimos anos do século XIX, está vinculada ao processo de transformação da economia brasileira. Do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Início das atividades industriais e a constituição de um mercado interno, a economia exportadora do café constituiu um capitalismo industrial no país (Antunes, 1983, p. 48).

No contexto da Proclamação da República (1889), marcado por um golpe de Estado que nada modificou o caráter de classe do Estado brasileiro, os trabalhadores nada receberam. No passado escravocrata, de economia exportadora e alicerçada no latifúndio, as classes dirigentes não tinham como horizonte a ideia de uma democracia que contemplasse os trabalhadores. Assim, as condições dos operários fabris no início do século XX em muito se assemelhavam às condições dos trabalhadores europeus do início da Revolução Industrial. A total ausência de uma legislação trabalhista era a senha que permitia a exploração mais mesquinha sobre aqueles que nada possuíam, a não ser sua força de trabalho.

Nesse sentido, o movimento operário no Brasil, em seus primórdios, nasce das primeiras lutas do operariado por melhores condições de trabalho. Sem ter propriamente um caráter revolucionário, além de ser quantitativamente restrito a algumas cidades, o movimento dos trabalhadores se filiou à perspectiva socialista e tiveram vida breve, como o Centro Socialista de Santos (1889) e o Partido Socialista do Rio de Janeiro (1892 e 1902).

Dentre as reivindicações dos socialistas do início do século XX, no Brasil, é possível elencar a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, além das denúncias contra os abusos patronais. Tais conquistas podem ser atribuídas como um reflexo do trabalho fervoroso do movimento operário.

No contexto brasileiro, o movimento operário ganhou força no final do século XIX e início do século XX, sobretudo com a formação de sindicatos e associações de classe. De acordo com Singer (1981), os primeiros sindicatos no Brasil foram fundados por imigrantes europeus que atuavam em busca de melhores condições de trabalho e salários justos, travando lutas diretas contra a exploração e a marginalização.

Nesse cenário, as greves indicavam a organização e a mobilização do movimento operário, haja vista que os trabalhadores, em diversas ocasiões, paralisavam suas atividades em protesto contra as condições de trabalho desfavoráveis. Essas ações coletivas fortaleceram a solidariedade entre os operários,

uma vez que as greves são uma forma de protesto e pressão coletiva que evidencia as contradições entre o trabalho assalariado e o capital.

Em 1906, em decorrência das greves do período e das experiências de luta até então, o movimento operário no Brasil passou a conviver com novas formas de organização e luta, distanciando-se do socialismo. O anarquismo³, trazido por imigrantes italianos, espanhóis, dentre outros, conquistou a hegemonia nos anos posteriores.

No Congresso de 1906 prevalece a opinião de que só estando o proletariado organizado economicamente e independente dos partidos políticos é que poderia ele compreender o alcance das suas ações necessárias, isto é, greves, boicotes, sabotagens e manifestações públicas (Silva, 1977, p. 79).

Os sindicatos e os Congressos operários se constituíam em instrumentos de organização dos trabalhadores com o objetivo de conquistar direitos que inexistiam na legislação do período. De tal modo, os trabalhadores fabris, em sua maioria de origem estrangeira, construíram suas instituições de classe como meio de luta coletiva contra as condições de opressão a que estavam submetidos.

A relação entre operários e a nascente burguesia oscilava em dois polos: a violência policial e a tentativa de cooptação das lideranças ou sindicatos dos trabalhadores.

Cabe enfatizar que a presença de imigrantes em território brasileiro trouxe vantagens para a formação de exército de trabalhadores disponíveis para o capital, mas também representou uma preocupação extra para os governos oligárquicos. Muitos eram apresentados como indesejáveis, desordeiros, criminosos ou pregadores de ideias anarquistas.

Nesse contexto, a deportação de estrangeiros, prevista em vários dispositivos jurídicos do período imperial, fez-se presente na Primeira República (1889-1930). A defesa da soberania nacional ou dos interesses da nação foi um argumento amplamente utilizado para o combate aos militantes anarquistas. Não por acaso, a

³ Na obra “*Dicionário do Pensamento Marxista*”, são apontados o anarquismo individualista e o anarquismo socialista. O primeiro consiste na “liberdade individual, a soberania do indivíduo, a importância da propriedade ou da posse privada e a iniquidade de todos os monopólios: pode ser considerado um liberalismo levado às suas consequências extremas” (Bottomore, 2001, p. 11). Já o segundo, por sua vez, busca rejeitar a propriedade privada em conjunto com o Estado, pois trata “[...] a principal fonte da desigualdade social. Insistindo na igualdade social como a condição necessária para a máxima liberdade individual de todos, o ideal do anarquismo socialista pode ser caracterizado como a “individualidade na comunidade” (Bottomore, 2001, p. 11).

questão da expulsão de estrangeiros indesejáveis foi uma das pautas do Congresso Nacional em 1906, impulsionada pela organização dos trabalhadores naquele período.

O Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907, determinava o seguinte:

Art. 1º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometter a segurança nacional ou a tranquillidade publica, póde ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2º São também causas bastantes para a expulsão:

1ª, a condenação ou processo pelos tribunaes estrangeiros por crimes ou delictos de natureza commum;

2ª, duas condenações, pelo menos, pelos tribunaes brasileiros, por crimes ou delictos de natureza commum;

3ª, a vagabundagem, a mendicidade e o lenocinio competentemente verificados (Brasil, 1907).

Dessa forma, esse decreto, também conhecido como Lei Adolfo Gordo, determinou o banimento de estrangeiros que, por quaisquer razões, comprometessem a ordem social. Além disso, a lei expressa os interesses da burguesia em coibir o crescimento das organizações operárias ao mesmo tempo em que buscava combater o que se considerava “vagabundagem” nas cidades, como se houvesse ocupação para todos. Em síntese, tratou-se de uma tentativa de “limpeza” dos indesejáveis aos olhos das classes dominantes.

Em suas origens, o movimento operário era incipiente e sem contornos definidos em função das parcas indústrias nascentes em nosso território e localizadas em alguns centros urbanos. Porém, à medida que as organizações de trabalhadores ganham em consciência de classe, as lutas contra as jornadas excessivas, baixos salários e os abusos patronais ganham maior notoriedade. Nesse contexto, o movimento anarquista no Brasil foi fortemente influenciado pela participação do trabalhador brasileiro, grandemente instigado pela participação de trabalhadores imigrantes em diferentes cidades.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) repercutiu fortemente no Brasil, na medida em que ampliou o desemprego da desaceleração das exportações e importações. Os preços subiram e muitos sequer tinham o que fosse preciso para o atendimento de suas necessidades básicas. Nesse período, a agitação operária se tornou mais frequente.

Em 1917, no contexto da greve geral, que durou vários dias em São Paulo, a repressão policial se caracterizou pela intensa violência com assassinatos de trabalhadores e banimento de estrangeiros do território nacional. Ainda assim e apesar das baixas, o movimento operário continuou ativo em sua luta por melhores condições de trabalho e existência, repetindo novas jornadas grevistas em 1919.

Porém, as greves não se constituíram na única iniciativa do operariado urbano em sua luta contra o capital. É importante destacar que os anarquistas compreendiam a educação escolar como um dos instrumentos mais importantes na formação do indivíduo. Além da escola, os libertários desenvolveram outras atividades formativas do operariado, tais como palestras, debates, teatro popular, publicação de periódicos (jornais, revistas) etc.

Cumprе ressaltar que os jornais anarquistas, ao longo da Primeira República (1889-1930), tinham o caráter informativo das lutas operárias, mas também possuíam a função formativa, buscando articular o interesse dos trabalhadores com a mobilização em torno das pautas libertárias.

De tal modo, os libertários valorizavam uma educação pautada pela defesa da liberdade, autonomia e responsabilidade do indivíduo em relação ao ato de aprender em oposição à escola mantida pelo Estado ou por instituições religiosas que se orientavam pela legitimação da ordem burguesa.

A primeira questão que vamos considerar hoje é esta: poderá a emancipação das massas ser completa, enquanto a instrução que as massas recebem for inferior àquelas que é dada aos burgueses, ou enquanto houver uma classe qualquer em geral, numerosa ou não, mas que, pelo seu nascimento, seja chamada aos privilégios de uma educação superior e duma instrução mais completa? Por esta questão, não é resolvê-la? Não será evidente que entre dois homens dotados de uma inteligência natural aproximadamente igual, cujo espírito estiver mais aberto para a ciência, e que, tendo compreendido melhor o encadeamento dos fatos naturais e sociais, ou aquilo que se chama leis da natureza e da sociedade, se aperceberá mais fácil e globalmente do caráter do meio em que vive, - que este se sentirá, digamos, mais livre, que será praticamente mais hábil e mais poderosos do que o outro? Aquele que sabe mais dominará naturalmente aquele que sabe menos; e se existir entre duas classes apenas essa diferença de educação e de instrução, esta diferença produzirá em pouco tempo todas as outras, o mundo humano voltará a seu estado atual, isto é, será dividido de novo numa massa de escravos e num pequeno número de dominadores, os primeiros trabalhando, como hoje, para os segundos (Bakunin, 1979, p. 32).

A partir dos escritos de Bakunin (1979), é possível inferirmos as diferenças presentes na educação em uma sociedade de classes: a reprodução dos interesses dominantes no âmbito escolar. A partir da crítica à escola existente, que sequer era destinada aos filhos da classe trabalhadora, os anarquistas consideravam a questão educacional como estratégica para o futuro do movimento e da formação dos indivíduos. No Brasil, por exemplo, em 1904, foi fundada

[...] a Universidade Popular na sede do Sindicato dos Pintores do Rio de Janeiro e, em 1915, nascia a Universidade Moderna em São Paulo, por iniciativa de Florentino de Carvalho, um anarquista de origem espanhola [...]. Para sustentar dezenas de escolas livres, fundadas por operários anarcossindicalistas e anarquistas, o proletariado formou grupos de teatro social e, enquanto fustigava a burguesia, a Igreja e o Estado com suas peças revolucionárias e anticlericais, distribuía anarquismo aos espectadores, conseguia recursos financeiros para ajudar as escolas, operários desempregados, doentes, além de presos por suas ideias, e ainda publicava prospectos, folhetos e jornais (Rodrigues, 1996, p. 26).

Podemos perceber, a partir das contribuições de Rodrigues (1996) e de outros autores, que o movimento anarquista se constituiu em uma força importante no combate às posições clericais e ao Estado, além de representar um período de experiências e lutas dos trabalhadores.

Entretanto, a forte repressão do Estado, a Revolução Russa (1917) e o surgimento do Partido Comunista Brasileiro (P.C.B) em 1922, fundado por dez anarquistas e um socialista, ditaram novos rumos para o movimento operário de matriz anarquista. Nesse sentido, as notícias que chegaram da Rússia revolucionária contribuíram para o crescimento da violência estatal, que temia pelo alastramento das ideias bolcheviques no Brasil.

A partir desse contexto, devemos considerar, também, as divisões no interior do movimento operário com o avanço da infiltração comunista nos sindicatos. Diante das disputas entre as lideranças operárias, os anarquistas não aceitavam a estratégia de luta do P.C.B, nem sequer toleravam a ideia de uma organização partidária que pudesse conduzir o operariado à tomada do Estado.

Data desse período o declínio, mas não o desaparecimento dos libertários entre os trabalhadores. O movimento anarquista perdia força por causa de uma sucessão de derrotas históricas e das disputas com o P.C.B.

Apesar do declínio do movimento anarquista e do “esquecimento” de suas lutas, estas, em busca de um mundo livre da opressão, deixaram sementes espalhadas pelo chão. Os libertários ousaram desafiar o poder dominante – e, ainda que tenham sido derrotados em diferentes batalhas, levantaram bandeiras que, hodiernamente, continuam atuais. Da mesma forma, as mulheres anarquistas também fizeram história dentro do movimento. Rever suas lutas é uma maneira de compreendermos sua história e o nosso papel em defesa de uma sociedade emancipada.

Não há dúvidas de que tais manifestações fervorosas na década de 1930 foram diretamente influenciadas pelo contexto de crise econômica e pela emergência de um novo modelo político no Brasil. Em virtude disto, as lutas desse período estiveram relacionadas à insatisfação dos trabalhadores diante do desemprego, da inflação e das condições precárias de trabalho, bem como do aumento da concentração de renda.

Vale ressaltar que as greves do movimento operário recorrentes na década de 1930 enfrentaram forte repressão por parte do Estado. O governo de Getúlio Vargas adotou medidas autoritárias para conter as mobilizações dos trabalhadores. De acordo com Rodrigues (2009), a censura estatal às greves operárias na década de 1930 incluiu a prisão e perseguição de inúmeros líderes sindicais, a intervenção em sindicatos e a proibição de manifestações públicas.

Governos mais ou menos sensíveis às reivindicações sindicais ou, pelo contrário, a repressão sistemática, afetam as táticas e os meios de pressão e de luta do sindicalismo, ou da classe no seu conjunto (aumento ou declínio das taxas de greves, do ativismo sindical ou político, da violência nos conflitos etc.), porém não parecem mudar as orientações valorativas e as ideologias predominantes entre os trabalhadores que decorrem da posição da classe na sociedade, das características do processo de industrialização, dos valores de cada cultura nacional, das mudanças na tecnologia industrial etc. (Rodrigues, 2009, p. 150-151).

O fato é que a repressão aos operários buscou enfraquecer a organização dos trabalhadores com o intuito de controlar suas reivindicações. Desse modo, percebe-se que, na história o Estado, valeu-se de suas forças para impor ideologias as quais é conivente, haja vista que “As políticas repressivas normalmente aumentam o grau de

radicalismo nos conflitos e favorecem as minorias mais agressivas [...]” (Rodrigues, 2009, p. 151).

Sabemos que as formas de resistência utilizada pelo Movimento Operário, nesse período, deixaram um legado importante para a luta dos trabalhadores no Brasil. Elas contribuíram para a consolidação do movimento sindical, que se fortaleceu e se organizou a partir desse período; logo, entendemos que as greves operárias agem como uma forma legítima de luta por justiça social.

No contexto das relações de classe, sabemos que as lutas dos trabalhadores influenciaram, ainda que em poucos avanços, transformações nas políticas governamentais. Para Hobsbawm (1997), as ideologias e os partidos políticos desempenharam um papel central na organização e mobilização dos trabalhadores, sobretudo no próprio movimento operário, em que se demarcavam interconexões com outras forças sociais, como o movimento socialista, que contribuiu para dinâmicas políticas mais específicas.

A relação do movimento operário com essas outras forças sociais também pode ser vista em situações de antagonismo. Hobsbawm (1997) discute como as elites dominantes e instituições estabelecidas, muitas vezes, viam o movimento operário como uma ameaça à ordem social, levando a confrontos e reações repressivas.

Esses conflitos também podiam desencadear movimentos de solidariedade entre diferentes setores da sociedade.

As transformações no sistema de trabalho e de funcionamento das empresas não eliminam as reivindicações operárias, o antagonismo entre os lucros e os salários, entre os que mandam e os que obedecem. Porém, alteram as formas de consciência operária, a percepção que os trabalhadores têm de seu trabalho, de sua importância no processo de produção, assim como sua visão do mundo industrial. Assim fazendo, deslocam a ênfase das aspirações e reivindicações operárias (Rodrigues, 2009, p. 80).

Diante disso, compete ressaltar que o movimento operário reconhece as realizações quanto às limitações dos esforços da classe trabalhadora. Segundo o autor, as flutuações entre períodos de intensa mobilização e momentos de repressão, bem como as maneiras pelas quais os movimentos operários foram conectados a movimentos políticos mais amplos e demandas de reforma social, oferecem uma

análise profunda e historicamente fundamentada para uma compreensão enriquecedora sobre a trajetória do operariado.

Ainda nessa vertente:

As atitudes dos grupos operários ante a empresa e o trabalho fabril são afetadas ainda pelo meio social de recrutamento da força de trabalho. No passado, o avanço do capitalismo significou a proletarianização crescente de camponeses, de artesãos e de uma pequena-burguesia independente (Rodrigues, 2009, p. 80).

Em outras palavras, o movimento operário foi uma força social e política que se consolidou ao longo da história como uma resposta às condições precárias de trabalho e às desigualdades socioeconômicas enfrentadas pela classe trabalhadora.

Paralelo a isso, o movimento em evidência reconheceu a essencialidade da imprensa como uma ferramenta de educação e conscientização dos trabalhadores. Segundo Silva (2005), a imprensa operária influenciou a formação política e educacional dos trabalhadores, contribuindo para a difusão de ideias socialistas e para a organização das lutas. Por intermédio dos jornais e das revistas operárias, os trabalhadores podiam se informar sobre seus direitos, debater questões pertinentes ao mundo do trabalho e fortalecer sua identidade de classe.

Nesse caminho de mobilizar os trabalhadores, recorrentes publicações, com o intuito de expressar e dar voz à classe, circulavam de maneira considerável, principalmente o periódico “A Plebe”, a fonte deste estudo. Conforme aponta Oliveira (2008), os jornais operários se tornavam um espaço de resistência e de manifestação da classe trabalhadora, em que se discutiam questões relacionadas ao trabalho, à exploração e à organização sindical. Esses veículos de comunicação contribuíram para a formação de uma consciência coletiva e para a disseminação de ideais de justiça social.

Mendes (2010) realça que os jornais operários foram vitais na construção de um pensamento crítico e na capacitação dos líderes trabalhistas, visto que utilizavam esses veículos como uma forma de mobilização e articulação política. Compreendemos que, por meio da imprensa, os trabalhadores podiam se informar sobre os avanços e desafios do movimento operário, bem como conhecer a atuação de líderes e sindicatos em diferentes regiões.

Em outras palavras, o movimento operário, ao longo da história, tem exercido função essencial na luta por melhores condições de trabalho, salários dignos e direitos sociais. Como destacado por Luxemburgo (2010), é a união dos trabalhadores que mantém a força capaz de combater as injustiças e transformar a sociedade.

Concomitante a isso, a ascendência do Movimento Anarquista no Brasil aconteceu no final do século XIX e início do século XX, sendo ele influenciado por correntes ideológicas e experiências internacionais. Segundo Campos (1988), o anarquismo no Brasil nasceu como uma resposta às condições de exploração e opressão vivenciadas pelos trabalhadores, especialmente nas indústrias nascentes. Esse grupo priorizava a transformação radical da sociedade, baseada na autonomia e na abolição de hierarquias.

A chegada dos imigrantes europeus contribuiu para a disseminação do movimento no país. De acordo com Fausto (2007), esses estrangeiros anarquistas trouxeram consigo suas experiências militantes e ideias libertárias, que encontraram terreno fértil nas condições de trabalho precárias e na exploração enfrentada pelos imigrantes e pelos trabalhadores nacionais.

Atraídos pelo sonho de uma vida melhor e oportunidades econômicas, muitos imigrantes se depararam com a dura realidade das condições de trabalho no Brasil. Além disso, é notório que, em suas bagagens, trouxeram a experiência de luta e as ideias dos trabalhadores europeus, o que influenciou na organização operária no Brasil.

Essas circunstâncias serviram como catalisador para a propagação das ideias anarquistas que promoviam a solidariedade, a justiça social e a autonomia individual, tendo em vista que os imigrantes, provenientes de contextos de opressão em seus países de origem, encontraram, no anarquismo, uma ideologia que ressoava com suas aspirações por liberdade e igualdade.

A importância dessa comunidade estrangeira na formação dos primeiros núcleos anarquistas é evidenciada por sua ativa participação em movimentos sociais, greves e protestos. As experiências compartilhadas com operários de fora do Brasil, por meio de cartas, contemplavam, também, pautas de exploração e marginalização, o que fomentou, ainda mais, o senso de coletividade entre os imigrantes, que enxergavam, no movimento anarquista, uma ferramenta para desafiar as estruturas de poder. Para além disso, a multiplicidade de origens étnicas e culturais trouxe uma

riqueza de perspectivas e estratégias para o movimento anarquista, engrandecendo sua base ideológica.

Rago (1985) destaca que a experiência dos operários vindos de outros países contribuiu para a radicalização dos ideais anarquistas no Brasil. A forte presença dos imigrantes italianos, por exemplo, desempenhou um papel central na difusão das ideias anarquistas nas principais cidades industriais do país, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A atuação dos anarquistas se estendeu para além do campo sindical, alcançando as áreas cultural e educacional. De acordo com Campos (1988), os anarquistas fundaram escolas, bibliotecas e centros culturais, onde promoviam atividades de formação, leitura e debates, visando a desenvolver uma consciência crítica e autônoma nos trabalhadores. Por meio dessas iniciativas, o movimento reforçava a busca na construção da cultura libertária e emancipatória.

Nesse cenário, os militantes do movimento que tiveram sua participação destacada nas greves eram tidos como agitadores das ações. A eles, cabiam o propósito de mobilizar dos trabalhadores para que reivindicassem melhores condições de trabalho e a abolição do trabalho assalariado. Tais ações diretas, como ocupações de fábricas e sabotagens, eram organizadas por líderes anarcos como formas de resistência e de confronto com a ordem estabelecida.

No entanto, o anarquismo no Brasil enfrentou forte repressão por parte do Estado. Segundo Chalhoub (1996, p. 45), o que se pode tirar de lição dessa história “[...] é que o pacto liberal de defesa da propriedade privada colocava limites claros” na sociedade. Nesse contexto, o governo brasileiro buscou conter o avanço do movimento anarquista, adotando medidas repressivas, como perseguições, prisões e deportações de militantes, uma vez que a repressão visava a enfraquecer a organização e a influência dos anarquistas sobre os trabalhadores.

Apesar das dificuldades e da repressão, o movimento anarquista, no Brasil, deixou um legado importante, pois influenciou as lutas sindicais e a busca por direitos trabalhistas, além de ter deixado marcas na cultura e na educação popular. Sua influência anarquista se estendeu para além do período inicial, marcando as lutas sociais do século XX.

Nessa perspectiva, em se tratando de um movimento político e social, o movimento anarquista abrange várias correntes e escolas de pensamento. Vale

pontuar que cada corrente apresenta suas particularidades e enfatiza diferentes aspectos da sociedade e da organização política.

Diante do objeto de estudo desta dissertação, a partir da análise do periódico em evidência, entenderemos que as ideias difundidas e propagadas pelo jornal são dotadas da vertente anarco-sindicalista (ou sindicalismo-anarco), cuja ênfase é dada para a luta de classes e a ação direta dos trabalhadores como forma de transformação social. Nesse caso, os anarquistas de “A Plebe” buscavam a organização dos operários em sindicatos autônomos em uma luta por melhores condições de trabalho com o intuito de abolir do sistema capitalista.

Segundo Rocker (2009), o anarcossindicalismo representa a união entre o anarquismo e o movimento sindical, defendendo a autogestão dos meios de produção e a emancipação dos trabalhadores. Em uma das colunas do periódico, circulada no ano de 1933, vemos a posição explícita dos redatores. ao dizer que:

Consideramos que o sindicato deve ser a base construtiva da sociedade futura, estando a êle reservado o papel de organismos de controle e distribuição da produção e do consumo. O trabalho de organização sindicalista deve, pois, ser encarado pelos anarquistas como necessidades orgânicas da fase construtiva da revolução, além do caráter defensivo, e mesmo agressivo no terreno das lutas sindicais. [...] encaramos a organização de resistência dos trabalhadores como um fenômeno imanente da sociedade capitalista, consequência natural da luta de classes, que se manifesta e desenvolver, com ou contra a vontade de qualquer partido, como expoente da necessidade irreprimível das vítimas do salariato se solidarizam para a defesa dos seus direitos vilipendiados pelo patronato. Essa organização deve, pois, basear-se no princípio de que o trabalhador se associa pela sua condição de assalariado e não como adepto deste ou daquele credo religioso ou doutrina política e filosófica. O sindicato, que é hoje o organismo de luta permanente contra o patronato e contra o capitalismo [...] (A Plebe, 1933, n. 52, p. 2).

Diante da afirmativa, podemos compreender a posição do jornal em defesa dos sindicatos como forma de resistência ao sistema, haja vista que o grupo manifestava a intenção de que os trabalhadores se filiassem a essas organizações com a finalidade de cooperar com a luta emancipatória. Mais do que isso, podemos dizer que a pretensão dos anarquistas escritores de “A Plebe” era, de fato, tornar conscientes os operários da condição de exploração à qual estavam submetidos dentro da configuração burguesa.

Em suma, as interseções entre o movimento operário e o movimento anarquista foram marcadas por uma busca comum de autonomia e emancipação dos trabalhadores. Embora esses movimentos tenham abordagens distintas em relação à organização e à estratégia política, podemos concluir que sua convergência em objetivos fundamentais os tornou, por vezes, aliados frente às lutas de classes.

Assim, na intenção de introduzir a próxima subseção, é pertinente salientar que o contexto histórico da Revolução de 1930, no Brasil, marcou uma transformação significativa no cenário político e social do país. Nesse período, o movimento operário desempenhou um papel importante, emergindo como uma força influente na luta por mudanças estruturais e melhores condições de trabalho.

2.2.1 O MOVIMENTO OPERÁRIO E A REVOLUÇÃO DE 1930 NO BRASIL

Ao longo da Primeira República, como demonstramos anteriormente, a maioria da população brasileira era formada por trabalhadores urbanos e rurais, que não possuíam direitos trabalhistas e previdenciários. Ainda que a Constituição de 1891 assegurasse um regime supostamente democrático, na prática, a democracia era a democracia das oligarquias. A participação nas eleições era vedada aos analfabetos, mulheres, mendigos etc. De tal modo, pelo menos 80% da população estava excluída do direito de voto por ser analfabeta.

No entanto, em virtude das transformações econômicas, das crises entre os setores dominantes e das lutas travadas pelos trabalhadores ao longo do período da Primeira República, a Revolução de 1930 materializou a opção das frações dominantes por uma modernização conservadora. De tal modo, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder expressou uma nova orientação em relação às massas populares. Não por acaso, por meio do Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, tendo como um dos objetivos a regulação das relações entre capital e trabalho.

Nesse sentido, a Revolução de 1930 demarcou o início da ingerência do Estado nas questões vinculadas ao mundo do trabalho. Entre 1930 e 1934, o governo Vargas promoveu uma intensa campanha com vistas à domesticação do movimento

operário. Se, na Primeira República, a questão operária era um “caso de polícia”, a partir daquele momento, a preocupação objetivava a disciplinação da classe trabalhadora diante de um novo contexto que buscava superar os entraves do desenvolvimento de uma economia periférica.

De tal maneira, em março de 1931, a Lei de Sindicalização, determinada pelo Decreto nº 19.770, delimitou as novas normas de sindicalização. A ideia era muito clara: evitar a liderança dos segmentos mais combativos do operariado, além de tornar o sindicato uma instituição alinhada aos interesses do Estado.

Art. 1º Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da Republica e por intermedio do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, os seus interesses de ordem economica, juridica, hygienica e cultural, todas as classes patronaes e operarias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou connexas, e que se organisarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição ás seguintes condições:

- a) reunião de, pelo menos, 30 associados de ambos os sexos, maiores de 18 annos;
- b) maioria, na totalidade dos associados, de dois terços, no minimo, de brasileiros natos ou naturalizados;
- c) exercício dos cargos de administração e de representação, confiado á maioria de brasileiros natos ou naturalizados com 10 annos, no mínimo, de residencia no paiz, só podendo ser admittidos estrangeiros em número nunca superior a um terço e com residencia effectiva no Brasil de, pelo menos, 20 annos;
- d) mandato annual em taes cargos, sem direito a reeleição;
- e) gratuidade absoluta dos serviços de administração, não podendo os directores, como os representantes dos syndicatos, das federações e das confederações, accumular os seus cargos com os que forem remunerados por qualquer associação de classe;
- f) abstenção, no seio das organizações syndicaes, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectarias, de character social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos electivos, extranhos á natureza e finalidade das associações (Brasil, 1931).

A leitura atenta do decreto nos revela a tentativa de neutralizar as lideranças estrangeiras e, portanto, identificadas com “propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso” (Brasil, 1931). Cabe acrescentar que, ao criar direitos para trabalhadores urbanos, o governo tornava o trabalho na cidade mais atrativo que o do campo em um momento que o Estado pautava o desenvolvimento pela criação de indústrias que pudessem elevar o patamar produtivo do país.

Assim, além de promover a criação de sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho, o Governo Provisório de Vargas se empenhou no combate ao movimento sindical autônomo, de forma a impedir a livre organização da classe trabalhadora. É evidente que tal legislação não foi promovida sem resistência dos trabalhadores.

Anarquistas e comunistas se colocaram contra a sindicalização oficial promovida pelo Estado. Não faltaram denúncias na imprensa operária e luta dos trabalhadores contra a tutela estatal. Nesse sentido, “A Plebe”, com o intuito de se posicionar, afirmou, por meio de um artigo escrito por “A. Padilha” (1934), intitulado “*O Sindicato e a Sociedade futura*”, que:

Sobre o nosso conceito da organização futura do sindicato e das funções que êle pode e deve desempenhar após a Revolução, recebemos o seguinte artiguete: "Que o sindicato deve ser a base construtiva da sociedade futura, estando a êle reservado o papel de organismo de controle e distribuição da produção e do consumo?" Eu penso que não: Considerando a "organização de resistência dos trabalhadores como um fenómeno imanente da sociedade capitalista", deve desaparecer junto com esta. Uma vez desaparecido o capitalismo não se justifica o organismo de resistência, porquanto não achará a quem resistir; só si se quisér empregá-la contra aqueles que ajudaram a quêda do capitalismo: os anarquistas. Marcar, desde já, a máquina que deverá movimentar a sociedade futura, é um êrro, porque, nem os sindicalistas, nem os anarquistas; nem outra qualquer ideologia, por muito revolucionária que seja, — se fóra da anarquia há revolucionarismo — poderão marcar as bases nas quais deverá mover-se a sociedade futura. Os sindicalistas tomam o meio pelo fim e a parte pelo todo, e isso faz com que, para muitos, o sindicalismo se converta em uma teoria nova que ameaça substituir ao anarquismo [...] O sindicalismo, fim de si mesmo, embora se chame revolucionário, não pode deixar de ir ao final de um movimento legalitario e conservador, não tendo outro objetivo que o melhoramento das condições do trabalho dentro dos limites impostos pela burguesia autoritária (A Plebe, 1934, n. 53, p. 2).

Preocupados com o futuro da sociedade, os anarquistas, ao criticarem o sindicalismo estatal, anunciavam que a melhora para os trabalhadores, dentro das imposições feitas pelos sindicatos, era limitada, tampouco falseada para continuarem a “fazer valer” a exploração burguesa.

Ora, ao abordarmos a incorporação das mulheres nas fábricas, fato que não era novidade nos anos de 1930, não seria possível ignorar que os valores da sociedade ainda permaneciam vinculados ao patriarcalismo – e que, portanto, agravavam a exploração da força de trabalho.

Em uma breve síntese, a imagem da mulher se situava em um contexto social fortemente marcado por nossa constituição patriarcal. O período colonial pode ser caracterizado por uma economia marcada pelo latifúndio exportador, utilização da força de trabalho escravo e pelo patriarcalismo. Nesse contexto, o papel destinado às mulheres era de submissão ao homem e, quando casadas, suas atividades se restringiam aos cuidados da casa e dos filhos.

Ainda ao longo da colonização portuguesa, podemos identificar a presença de valores e ideias oriundas de Portugal, sendo que um dos princípios fundamentais se encontrava na família monogâmica. Os costumes e as tradições familiares eram reforçados pela influência da Igreja Católica, tais como a não dissolução do casamento etc.

Cumpramos assinalar que o capitalismo incorporou o legado patriarcal de nossa formação histórica. Não por acaso, isso se materializou no Código Civil instituído em 1916, e que era vigente na década de 1930:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial.

III. direito de fixar e mudar o domicílio da família.

IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal (Brasil, 1916).

Afirmar que “o marido é o chefe da sociedade conjugal”, competindo-lhe “a representação legal da família” e a “administração dos bens comuns”, significa dizer que as mulheres são legalmente inferiores e, ao mesmo tempo, condenar metade da população a uma existência inferior em relação aos homens.

Nesse sentido, é importante a compreensão de que o patriarcado, com todas as suas particularidades a respeito das diferenças entre homens e mulheres, penetrou nos diferentes espaços da sociedade, incluindo as relações domésticas. Além disso, o capitalismo se apropriou do legado patriarcal e mercantilizou as relações existentes dentro da família, dividindo atividades específicas para cada membro:

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido:

I. Praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher.

- II. Alienar, ou gravar de onus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens.
- III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outra.
- IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.
- V. Aceitar tutela, curatela ou outro munus público.
- VI. Litigar em juízo civil ou comercial, anão ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251.
- VII. Exercer profissão.
- VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.
- IX. Aceitar mandato (Brasil, 1916).

Dessa forma, o Código Civil se constituiu na materialização das ideologias patriarcais tão presentes em nossa história. O modelo familiar, apresentado ao longo de seus artigos, reforça as desigualdades entre os papéis atribuídos ao homem e à mulher na sociedade.

Isso posto, para além dessas atribuições, muitas outras eram dadas às mulheres, destinando o poder de escolha e a autorização a uma figura masculina, fosse ele o esposo, pai, irmão ou qualquer familiar mais próximo. Vemos que a questão da emancipação feminina não era algo que preocupava a sociedade.

De tal modo, a condenação de comportamentos e as condutas que poderiam afetar os “bons costumes” do período se constituem como um instrumento na forma como as relações entre homens e mulheres se estabeleceram ao longo de nossa história.

Por meio de diferentes artigos publicados nos periódicos do período, é possível identificar as condições de trabalho às quais as trabalhadoras estavam submetidas, além de terem salários inferiores aos de seus companheiros de trabalho.

Como veremos a seguir, o jornal “A Plebe”, assim como outros periódicos, não somente denunciava as arbitrariedades, mas também tinha como objetivo a formação da militância com vistas à sua emancipação. Dessa forma, na próxima subseção, trataremos o periódico na sua essência, com a intenção de caracterizar sua estrutura e a maneira com que ele se apresentava para os trabalhadores.

2.3 O JORNAL “A PLEBE”: CARACTERIZAÇÃO, COMPONENTES E ELEMENTOS

Dado o cenário histórico, político e econômico definido na década de 1930, é pertinente trazer à tona, neste momento da dissertação, a essência do jornal “A Plebe” como uma contribuição significativa para a pesquisa em questão. Sincero e profundo, o jornal em evidência não economizava críticas e sátiras à classe burguesa em suas edições diárias. A composição do periódico contemplava uma média de 4 a 5 páginas, que variavam pautas, artigos e notícias mais urgentes a cada dia.

A primeira edição que se virá de “A Plebe”, datada em 9 de junho de 1917, beneficiou diversos militantes que, nele, escreviam e foi apresentada aos leitores como uma continuação do jornal “A *Lanterna*”. Edgard Leuenroth dirigiu o periódico quando a greve geral de 1917 efervescia no Brasil; nas palavras do autor, o artigo intitulado “*Ao que vimos – Rumo à Revolução Social*”, expressa que:

A Plebe, como facilmente se verifica, é uma continuação da A Lanterna, ou melhor dizendo, é a própria A Lanterna que, atendendo às excepcionaes exigencias do momento gravissimo, com nova feição hoje resurge para desenvolver a sua luta emancipadora em uma esphera de acção mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programma de desassombrado combate a todos os elementos de oppressão que sujeitam o povo deste paiz, como o de toda a terra, á odiosa sociedade vigente, alicerçada por toda a sorte de misérias e de violências. É como reflexo vivo dessa convulsão apocalyptica que surge A Plebe, filha dos ardentes anceios de uma pleiade de moços combatentes da phalange libertaria. (...) Vem este jornal ser um éco permanente das lamentações, dos protestos e do conclamar ameaçador dessa plebe immensa que desde os seringaes da Amazonia aos pampas sulinos, em terra, no mar, nas escuras galerias do sub-solo, nos ergastulos industriaes ou nos invios sertões vive sempiternamente a mourejar, em condições de escravos modernos, para manter na opulencia os ladrões legaes que aqui, em má hora, viram a luz do dia, ou, como aves de rapina, aportaram de outras paragens. (...) Liberdade, egualdade e fraternidade só existem como uma grosseira expressão rethorica rotulando muita miseria e oppressão. Urge, portanto, proseguir na obra dos abnegados de outrora para que, quando além das fronteiras convencionaes ruir fragosamente o arcabouço apodrecido do regimen social dominante também o povo desta terra, no arrebol de um novo e sublime 13 de Maio, conquista a sua alforria derradeira, fazendo com que o Brazil, passando a pertencer todos os seus habitantes, a todos proporcione uma vida folgada e feliz que a exuberancia trabalhada de sua riquezas naturaes permite. É com esse objectivo que vem lutar A Plebe (A Plebe, 1917, n. 1, p. 1).

Longe de parecer singelo, as metáforas bem escritas por Leuenroth fizeram com que esse editorial dispusesse de textos inteligentes, irônicos e bem-humorados em suas edições, esbanjando fraternidade, solidariedade e resistência para lutar em busca de um mundo mais justo.

Editado na cidade de São Paulo, o jornal chegou a produzir 10 mil exemplares em sua melhor fase e se atreveu a discutir pautas a respeito do pensamento anarquista, do movimento operário, sem se esquecer de noticiar a organização financeira do periódico e sua distribuição por meio de assinaturas, vendas avulsas ou pacotes por preços menores. “A Plebe” estava presente em diversos estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco e outros diversos, ao longo dos anos. Os representantes de cada estado, por sua vez, mantinham contato uns com os outros para compartilhar notícias.

Em se tratando de um projeto coletivo que era sustentado, muitas vezes, pelos próprios trabalhadores que compravam as edições, mesmo que dispendo de seus salários miseráveis, o jornal buscava prestar contas no quadro de “Finanças” escrito no editorial.

As questões que mais eram realçadas em “A Plebe” compreendiam denúncias das péssimas condições de trabalho enfrentadas por homens, mulheres e crianças, reflexões sobre os preços altos de alimentação e moradia, a deportação de muitos militantes estrangeiros, questões a respeito da sexualidade, educação e, até mesmo, prostituição das mulheres. Com a promessa de ser um jornal anticlerical, o periódico cultivava o espírito cultural em seus leitores; dessa forma, incentivava a participação e promovia eventos artísticos de literatura, teatro, bem como piqueniques aos trabalhadores.



Figura 3: Convite para festival publicado no jornal
Fonte: A Plebe (24 dez., n. 5, p. 3).

Edgard Leuenroth não foi o único colaborador direto do jornal. Florentino de Carvalho e Rodolfo Felipe também tomaram à frente do periódico. Autores e colunistas, em sua maioria, adotavam um pseudônimo. Em nossa análise, as mulheres militantes e escritoras encontradas no jornal assinavam por Angelina Soares, Antônia Soares, Isabel Cerruti, Maria Lacerda de Moura e Thereza Escobar. Para além disso, existiam muitos artigos não assinados no editorial.

Já no que diz respeito à parte gráfica de “A Plebe”, notamos diversos poemas, figuras e títulos bem-posicionados que demonstram, facilmente, o ideal revolucionário. As imagens eram capazes de despertar sentimento de revolta diante do sofrimento dos trabalhadores; ademais, em muitas edições, o sarcasmo e a ironia bem-humorada denunciavam a ‘santíssima trindade burguesa’, Igreja, Estado e Capital.

Sempre acompanhado do título “Estilhaços” o editorial, em todas as suas edições, permitia aos leitores a experiência com reflexões poéticas em suas páginas.



Figura 4: Poema “Deus”, de J. Carlos Boscolo, escrito na coluna “Estilhaços”
Fonte: A Plebe (1934, n. 53, p. 2).

A imagem sugestiva que abraçou a capa da edição do dia 1º de maio de 1919 foi chamada de *Revolução Social*, tendo aos seus pés avante, a Rússia e a Hungria; uma mulher serena e alta é retratada com uma foice em seus ombros. Atrás, ela é seguida por uma multidão com braços erguidos que parecem lutar pelo mesmo motivo e, à sua frente, está um amontado de homens e mulheres bem quistos segurando placas, que dizem: moços bonitos, sociedade das carolas e mentiras.

financeira de manutenção do jornal e das interrupções repressivas por parte da burguesia.

Mesmo com as todas as adversidades, o editorial contava com a colaboração de trabalhadores por todo o país, resistindo as trincheiras em prol da luta social sem se abater pelos acontecimentos ruins.

Buscas, cercos, assaltos, empastelamento, incendio de suas sédes e officinas; perseguições, deportações, prisões, processos dos componentes do seu grupo; confisco de suas edições, interdição de sua circulação no Correio - tudo tem sido baldado, pois, rompendo o círculo de ferro em que a pretendem encerrar, a gazeta anarchica prosegue em sua obra de libertação humana, estigmatizando a acção odiosa dos potentados e concitando a phalange immensa dos oprimidos á luta sem treguas contra os tyrannos do capitalismo, esteios moraes e materiaes do regimen draconiano que enche a vida da massa laboriosa de penuria, de injustiça e de miseria para gaudio de uma minoria parasitaria e corrupta. Camaradas! Com a vossa ajuda, com o vosso esforço permamente, com os mil réis arrancados ao vosso parco salario, viveu este vosso jornal sete annos de batalha em prol de nossa causa - a causa grandiosa, fulgurante da Anarchia redentora (A Plebe, 1924, n. 239, p. 1).

A imprensa anarquista era sempre afirmada e reforçada nos textos do jornal. Com os ânimos exaltados em virtude das greves no país, garantir uma imprensa que fosse plenamente dos anarquistas, ou seja, que escancarasse a realidade dos trabalhadores, era um motivo de alegria e empolgação, haja vista que se fortalecia a caminhada pela revolução tanto sonhada.

“A Plebe” visava a conscientizar os trabalhadores sobre o seu potencial de transformação:

Trabalhador, lembra-te!
Tu semeias o bom trigo e comes pão negro. Tu plantas a videira e bebes vinho ordinario. Tu teces a fazenda e vestes trapos. Tu edificas as casas e habitas possilgas. Tu constrois as estradas de ferro e viajas a pé. Tu sulcas os mares, enriqueces os armadores e és sempre pobre. Tu rachas a lenha, dezenterras a hulha e tremes de frio. Tudo embelezas, preparas os banhos, fabricas os ventiladores e arrebatas de calor.
E comerás pão negro, beberás mau vinho, habitarás possilgas, viajarás a pé, tremers de frio, arrebratarás de calor – sempre – enquanto estiveres inerte a esperar o maná do céu e da bondade dos patrões. Serás sempre pobre - enquanto te não resolveres a estender a mão aos teus irmãos de trabalho e com eles te não desfizeres daqueles que te saqueiam.

Tu tens direito ao fruto do teu trabalho, mas não gozarás esse direito nunca – enquanto não tiveres abolido os senhores, deixando de ser servo de uma vez por todas e fazendo-te verdadeiramente homem. Enquanto fores á igreja escutar a voz do padre e lhe sepires os conselhos; enquanto obediente dobrares a cerviz em frente dos senhores e te curvares ante as leis deles – serás sempre miseravel. Proletario, só em ti mesmo está a tua salvação (A Plebe, 1920, n. 69, p. 4).

Diante do exposto, torna-se evidente que o jornal “A Plebe” não apenas transmitiu ideias anarquistas, mas também buscou incitar uma postura ativa por parte dos trabalhadores em prol da emancipação social. Ao longo de sua trajetória, o editorial não se limitou a palavras, mas também incentivou ações concretas, como campanhas de boicote, com o intuito de promover os ideais anarquistas.

Expresso isso, na próxima seção, direcionaremos nossa análise, especificamente, para a questão da emancipação feminina, explorando como o jornal abordou e contribuiu para esse importante movimento de transformação social.

3. PATRIARCADO, CAPITALISMO E OPRESSÃO

Nesta seção, faremos uma análise inicial dos conceitos delineados por Engels, os quais englobam a instituição da família, a noção de propriedade privada e a estruturação do Estado, visando à compreensão das amarras patriarcais que permeiam as estruturas da sociedade. Em seguida, abordaremos, de forma detalhada e crítica, as relações entre o patriarcado, o sistema capitalista e os mecanismos de opressão que resultam dessas interações.

O foco principal desta seção reside nas discussões específicas acerca da emancipação feminina delineada nas páginas de “A Plebe”. Demonstraremos o ativismo feminino retratado nos artigos do periódico, a luta pela obtenção do direito ao voto das mulheres enfatizando a resistência contínua do jornal anarquista em prol da igualdade de gênero.

Nesse sentido, ao pensarmos na emancipação feminina no contexto da ordem burguesa, István Mészáros (2011) destaca como a premissa da independência das mulheres não apenas desafiava a estrutura dominante, mas também apresentava as contradições éticas subjacentes ao sistema burguês,

[...] a exigência de emancipação das mulheres também assombra a ordem burguesa com seu próprio passado, trazendo à baila a traição da ética original, sobre a qual se baseou a ascendência dessa ordem. Assim, a necessidade da emancipação feminina serve muito bem para lembrar que “liberdade, igualdade e fraternidade” em outros tempos não foram palavras vazias ou alguma espécie de embuste cínico usados para desviar a atenção do adversário real. Para a ordem dominante, o grande problema da emancipação feminina não é apenas o fato de que as mulheres não se satisfazem com artifícios formais ou legais vazios. O que a torna igualmente, ou até mais, indigesta é que esta emancipação não pode ser descartada como simples “inveja” injustificada da “posição duramente conquistada dos criadores da riqueza por parte do trabalho sem méritos” (Mészáros, 2011, p. 224).

Ao ressaltar a importância histórica dos ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” e como a luta pela emancipação feminina evidencia a falha da ordem estabelecida em cumprir verdadeiramente esses princípios, o autor aponta o desconforto da ordem dominante diante da exigência de emancipação das mulheres, que vai além de simples reivindicações formais, representando um desafio à própria estrutura de poder e privilégio.

Para além disso, Mézáros (2011) estreita a interligação entre a luta pela emancipação das mulheres e a demanda por uma verdadeira igualdade.

Assim, dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevaemente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualmente no “microcosmo” da família nuclear. No fundo, esta não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital, que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores (Mézáros, 2011, p. 271, grifos do autor).

Tal citação destaca como a luta das mulheres se estende para além das fronteiras da esfera pública, adentrando, também, no âmbito privado, em que as relações de poder são igualmente moldadas pelo domínio do capital. Mézáros (2011) busca salientar como a família, embora frequentemente idealizada como um espaço de afeto e proteção, pode ser profundamente autoritária devido às suas funções dentro de um sistema de controle metabólico regido pela burguesia, que molda os valores e orientações individuais de maneira incontestável.

Assim, é crucial reconhecer a profundidade das questões levantadas pela citação anterior, que enfatiza a complexidade da luta pela emancipação das mulheres dentro de um sistema marcado pela hierarquia e pela dominação do capital. Para tanto, ao nos prepararmos para adentrar nas discussões propostas por Engels sobre a família, a propriedade privada e o Estado na próxima subseção, faz-se fundamental mantermos em mente o contexto apresentado, que delinea as complexas dinâmicas de poder e controle que moldam comportamentos para além das estruturas sociais.

3.1 A ORIGEM DA SUBMISSÃO DA MULHER: FAMÍLIA, PROPRIEDADE PRIVADA E ESTADO

Nesta subseção, dedicamo-nos a discutir as proposições de Engels (1984) que oferecem uma abordagem crítica e histórica sobre a evolução das instituições familiares e suas interações no desenvolvimento da sociedade. Envolto na

metodologia materialista, Engels (1984) busca desvendar as raízes das desigualdades sociais e de gênero, explorando como a estrutura familiar e a propriedade privada são fundamentais à manutenção do sistema de dominação e exploração. Ao nos aprofundarmos nesses conceitos, poderemos compreender, mais eficazmente, as bases teóricas que fundamentam as discussões sobre a emancipação das mulheres e suas intersecções com as dinâmicas sociais e econômicas.

A organização familiar, como conhecemos, nem sempre foi assim; os costumes impostos por uma sociedade de classes forjaram os ideais patriarcais e misóginos que todas as mulheres se deparam em algum momento da vida.

“Alguns povos da história antiga, bem como certos povos selvagens ainda existentes, não consideravam a descendência a partir do pai, mas, sim, a partir da mãe, ou seja, a linha materna era tida como a única válida” (Engels, 1984, p. 23). Segundo a perspectiva engelsiana, é um pressuposto que a posição socialmente subalterna da mulher tem suas origens com a instituição da propriedade privada. Se antes não havia subordinação entre homens e mulheres, com o crescimento da produção na esfera masculina, gerou-se, também, a apropriação de riqueza nas mãos de poucos que teve como desdobramento a submissão da mulher.

Para compreender esse cenário, retomaremos as definições de organização familiar. Engels (1984), em “*A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, afirma que a formação familiar tenha se dado de diferentes formas e passou com grandes transformações ao longo da História. O autor, inicialmente, postula que a família consanguínea consistia na “primeira etapa” (Engels, 1984, p. 37) ou “estágio preliminar necessário” (Engels, 1984, p. 39) que compreendia os grupos conjugais com deveres estritamente matrimoniais:

Exemplo típico de tal família seriam descendentes de um casal, em cada uma das cujas gerações sucessivas todos fossem entre si irmãos e irmãs e por isso mesmo, maridos e mulheres uns dos outros (Engels, 1984, p. 39).

Nesse caso, todos os parentes se relacionavam entre si. O fato é que esse tipo de organização familiar desapareceu. Entretanto, o autor afirma que é preciso reconhecer a existência dela devido ao “[...] sistema de parentesco havaiano, ainda vigente na Polinésia, e que expressa graus de parentesco consanguíneo que só

puderam surgir com essa forma de família” (Engels, 1984, p. 39). Em outras organizações familiares, como a punaluana, no Havaí, que extinguíam as relações sexuais entre irmãos e irmãs, e a sindiásmica, que reduzia tal grupo “à sua última unidade, a sua molécula biatômica: um homem e uma mulher” (Engels, 1984, p. 56), é possível encontrar uma caracterização do formato de família da barbárie, como assinala o autor.

Dessa maneira, podemos entender que,

[...] nos primórdios, os seres humanos teriam cultivado relações sexuais irrestritas, forma que ele designa como heterismo, recorrendo a um termo inadequado; esse tipo de relação excluía toda certeza sobre a paternidade e, por conseguinte, a descendência só podia ser considerada pela linha materna – pelo direito materno –, e esse teria sido originalmente o caso entre todos os povos da Antiguidade; em decorrência disso, as mulheres, na condição de mães e únicos progenitores seguramente conhecidos da geração mais jovem, foram contempladas com um grau maior de respeito e consideração, o que, segundo a concepção de Bachofen, se ampliou para um domínio completo das mulheres (ginecocracia); a transição para o casamento monogâmico, no qual a mulher pertencia, exclusivamente, a um só homem, implicou a violação de um mandamento religioso antiquíssimo (isto é, a violação do direito tradicional dos demais homens àquela mulher), violação essa que deveria ser expiada ou cuja tolerância tinha de ser comprada mediante a entrega da mulher aos demais homens por tempo limitado (Engels, 1984, p. 25).

Mediante o exposto, o autor explica que o movimento da subordinação aos homens aconteceu em um dado momento da história onde as mulheres perderam seu espaço de respeito e consideração alcançando um nível de dominação do sexo masculino.

Engels (1984) aponta que, se, no princípio da história da sociedade, as decisões eram tomadas com base no direito materno, ou seja, “a descendência só se contava por linha feminina [...]” (Engels, 1984, p. 59), à medida que a sociedade de classes se delimitava ao homem, era atribuída “[...] uma posição mais importante que a da mulher na família” (Engels, 1984, p. 59), haja vista que “[...] faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar em proveito de seus filhos a ordem da herança estabelecida” (Engels, 1984, p. 59).

Com isso,

Bastou decidir simplesmente que, de futuro, os descendentes de um membro masculino permaneceriam nas gens, mas os descendentes de um membro feminino saíam dela, passando à gens de seu pai.

Assim, foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno. Não sabemos a respeito de como e quando se produziu essa revolução entre os povos cultos, pois isso remonta aos tempos pré-históricos. Mas os dados reunidos, sobretudo por Bachofen, acerca dos numerosos vestígios do direito materno, demonstram plenamente que tal revolução ocorreu (Engels, 1984, p. 60).

Isso posto, ao refletirmos sobre o desmoronamento do direito materno como apontado na perspectiva do materialismo, compreendemos que, ao homem, foi dada as atribuições que antes eram da mulher, por exemplo, a 'direção' da casa; logo, "a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução" (Engels, 1984, p. 61). Tal baixa nas condições femininas "[...] tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida" (Engels, 1984, p. 61).

Todas as mudanças contribuíram para o surgimento de um novo tipo de família, que antes inexistia: a família patriarcal e o casamento monogâmico, tendo como pilar o direito paterno. Nesse sentido, apesar das transformações ocorridas na produção da existência de diferentes sociedades, a lógica patriarcal se manteve intocável nas sociedades escravista e feudal.

Com as transformações no modo de produção feudal e o progressivo processo de formação do capitalismo, as relações de gênero pouco mudaram. Quando a maquinaria passa a ser dominante no processo produtivo, eliminando a figura do artesão e empregando camponeses expulsos de suas terras, crianças e mulheres, verifica-se a utilização do sexo como meio de potencializar a exploração na medida de estimular o rebaixamento dos salários.

Nesse contexto, é notório que o capital encontrou diferentes vantagens com a utilização do trabalho infantil e feminino, tal qual nos apresentam Marx e Engels no Manifesto Comunista:

O palavreado burguês sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a crianças aos pais, torna-se cada vez mais repugnante à medida que a grande indústria destrói todos os laços familiares dos proletários são destruídos e transforma suas crianças em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho. "Vós, comunistas, quereis introduzir a comunidade de mulheres!", grita-nos toda burguesia em coro. Para o burguês, a mulher nada mais

é do que um instrumento de produção. Ouvindo dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum, conclui naturalmente que o destino da propriedade coletiva caberá igualmente às mulheres. Não imagina que se trata precisamente de arrancar a mulher de seu papel de simples instrumento de produção. coletiva caberá igualmente às mulheres. Não pode conceber que se trata precisamente de suprimir a posição das mulheres como meros instrumentos de produção. De resto, nada é mais ridículo que a virtuosa indignação dos nossos burgueses em relação à pretensa comunidade oficial das mulheres dos comunistas. Os comunistas não precisam introduzir a comunidade de mulheres. Ela existiu quase sempre. Nossos burgueses, não contentes em ter à sua disposição as mulheres e as filhas dos seus proletários, para não falar sequer na prostituição oficial, encontram um singular prazer em seduzir as esposas uns dos outros (Marx; Engels, 1998, p. 37).

Nesses termos, o trabalho feminino possibilitou ao burguês um meio de extração de 'mais valia', na medida em que os salários pagos às trabalhadoras eram menores. Isso significa que a opressão sobre as mulheres comporta um caráter de classe que não surgiu com o capitalismo; entretanto, é fato que o capital herdado das sociedades pretéritas, o patriarcalismo, criou determinações nas relações familiares que não existiam no passado.

Tomemos como exemplo as denúncias que "A Plebe" redigia em suas edições:

Na fábrica "Mariangela" os tecelões da seção de "colchas", percebem, no máximo, durante o mês, um ordenado que não vai além de 200\$; na seção de tinturaria e outras, os salários para homens são de \$700 á \$800 por hora. Para as crianças, então o torniquete da exploração chega á infâmia de \$200 a \$300 por hora de serviço; as tecelãs, moças e mulheres, que a maior parte das vezes deixam seus filhos na rua ou na cama, para conseguirem ganhar 80\$ ou 100\$ por mês são obrigadas a cuidar até de 6 teares. Como se vê, dado o custo dos gêneros de primeira necessidade e dos aluguéis de casa, esses salários são de fome (A Plebe, 1934, n. 67, p. 3).

A situação descrita na fábrica "Mariangela" expõe uma realidade preocupante de desigualdade e exploração dos trabalhadores, especialmente das mulheres. Os salários apresentados revelam a discrepância e se agravavam, ainda mais, para as crianças, sujeitas a salários baixíssimos por hora de serviço, alcançando níveis de infâmia. As condições de trabalho para as tecelãs, muitas vezes responsáveis por até seis teares, eram nitidamente precárias e evidenciavam a extrema dificuldade de sustentar suas famílias. O alto custo de vida nos faz pensar na questão salarial

insuficiente para os trabalhadores viverem, deixando-os em completo estado de pobreza e miséria.

Nessa direção, em “*O Capital*”, Marx (1985) demonstra como a industrialização e a utilização da maquinaria se apropriou do trabalho infantil e feminino.

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família como trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro dos limites decentes para a própria família (Marx, 1985, p. 23).

A mulher, em decorrência do processo de industrialização e da utilização em larga escala da maquinaria, uma vez integrada ao regime das fábricas, acumulou funções do trabalho doméstico e fabril, além de assumir empregos em condições precárias e com salários menores quando comparados aos dos homens.

A maquinaria também revoluciona radicalmente a mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista. Com base no intercâmbio de mercadorias, o pressuposto inicial era que capitalista e trabalhador se confrontariam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias: um possuidor de dinheiro e meios de produção. O outro, possuidor de força de trabalho. Mas, agora, o capital compra menores ou semidependentes. O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos. A procura por trabalho infantil assemelha-se, frequentemente também na forma, à procura de escravos negros, como se costumava ler em anúncios de jornais americanos (Marx, 1985, p. 24).

Dessa forma, é possível inferir, a partir da produção marxiana e engelsiana, que, sob as relações capitalistas de produção, é impossível a plena emancipação da classe trabalhadora e, por conseguinte, a emancipação das mulheres. Nesse caso, não se poderia negar a urgência de uma mudança radical na forma de produção para que fosse possível pensar na plenitude da igualdade entre homens e mulheres.

Vale ressaltar, ainda, que a maneira com a qual o modo de produção capitalista está posto na sociedade avoluma, ainda mais, as contradições existentes, dado o fato de que as relações de produção estabelecidas determinam a divisão de classes. Ou seja, o valor de troca e o valor de uso do produto e do produtor não são presididos pelo processo social da própria produção, como afirma Saffioti (1976, p. 13):

Enquanto o valor de troca não preside ao processo social da produção, isto é, enquanto a maioria dos artigos produzidos se destina a satisfazer diretamente às necessidades de seus produtores (o que ocorre nas sociedades pré-capitalistas), a dimensão quantitativa do produto do trabalho não interfere, decisivamente, nem no processo de trabalho nem na determinação da força de trabalho. A partir do momento, entretanto, em que o valor de troca penetra todos ou a maioria dos artigos produzidos, estes se determinam como e enquanto mercadorias e a própria força de trabalho ganha a mesma determinação. A oposição dialética objetiva existente entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias se subjetiva no momento mesmo da determinação da força de trabalho como mercadoria. O trabalhador não mais produz diretamente para seu consumo, mas produz artigos cuja existência independe de suas necessidades enquanto produtor singular.

Em outras palavras, o trabalhador não só participa do mercado vendendo sua força de trabalho, como também paga pelas mercadorias que ele próprio produziu. Com a mulher operária, essa realidade não era (e ainda não é) diferente, haja vista que, em todas as épocas, sua figura colaborou com a subsistência familiar visando ao acúmulo do lucro no âmbito social.

Saffioti (1976) aponta que, anterior à revolução agrícola e industrial, as mulheres das “camadas trabalhadoras” (Saffioti, 1976, p. 17) desempenhavam funções nas lavouras, minas, manufaturas, mercados e outras atividades além das domésticas; logo, mantiveram uma função econômica desde a gênese da sociedade.

Indubitavelmente:

Em todas as outras esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, a mulher sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não. A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. [...] quer se tomem as camadas ociosas em que a mulher dependia economicamente do homem, quer se atente para as camadas laboriosas nas quais a obediência da mulher ao marido era uma norma ditada pela tradição. Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher

em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família (Saffioti, 1976, p. 17).

Isso posto, faz-nos pensar na contradição citada pela autora, uma vez que, independentemente da camada social à qual pertence, a mulher sempre foi vista, pelos olhos do patriarcado, como a guardiã do lar. Essa tradição, erroneamente enraizada, leva-nos a questionar se o sistema burguês estabelecido poderia, um dia, oferecer possibilidades diferentes das quais são ofertadas ao público feminino. Certamente, não.

Nessa direção, o impacto das desvantagens que as mulheres sofrem dentro do sistema capitalista sempre fora denunciado pelos núcleos de resistência ao longo da história. Conforme afirma Saffioti (1976, p. 19), à sociedade burguesa, foi permitido “[...] arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos”.

Ainda nos valendo da perspectiva da pensadora supracitada, a contradição se efetiva pela realidade de que o modelo atrelado à figura da mulher se limitava a determinadas especificações:

A ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção. As famílias proletárias, por sua vez, e na medida de suas possibilidades, adotam, num simulacro de prestígio, a ideologia da classe dominante: a mulher deve ser exclusivamente dona-de-casa, guardiã do lar. E as próprias mulheres, em sua imensa maioria, têm de si próprias uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo. Não só o empregador justifica os baixos salários em termos do sexo feminino («o salário não é muito alto, mas é o suficiente para uma mulher») [...] (Saffioti, 1976, p. 29).

Entendemos que o papel da mulher da classe dominante consistia em cumprir com as obrigações de ser submissa ao esposo, proporcionando-o descentes ao passo que, para a mulher trabalhadora, estava reservada a ideologia burguesa com o acréscimo de contribuir, ainda que em menor valor, com a renda da família.

Ao saber que as atribuições femininas alternavam entre a subalternidade ao sexo masculino e a humilhação salarial, a contradição que compreende suas funções estarem atreladas ao matrimônio ou à formação da família monogâmica, qualquer fosse a classe, é evidente.

Por fim, as condições materiais que determinavam a exploração das mulheres sob o manto das relações capitalistas também contribuíram para o desenvolvimento do movimento feminista, que, tal qual o movimento operário, foi constituído por diferentes vertentes. Esse contexto nos permitiu compreender a complexidade das lutas travadas pelas mulheres dentro do movimento anarquista, bem como a relevância dessas discussões para a compreensão mais ampla das dinâmicas de poder e resistência no período.

Posteriormente, ao adentrarmos na análise da luta feminina nas páginas do jornal “A Plebe”, buscamos dar voz à militância anarquista, sobretudo às mulheres anarquistas, que contribuíram para a construção de um espaço de contestação e emancipação dentro do movimento, revelando suas perspectivas, demandas e estratégias de enfrentamento.

3.2 A LUTA FEMININA NAS PÁGINAS DO JORNAL

No interior do movimento anarquista que, no Brasil, teve maior amplitude nas décadas iniciais do século XX, a preocupação com a educação dos trabalhadores e trabalhadoras enquanto instrumento de formação foi uma constante. Para além das experiências com as escolas anarquistas, a imprensa se constituiu em um espaço privilegiado de difusão das ideias libertárias. A formação das “consciências livres” dos dogmas de uma sociedade burguesa era entendida como o caminho para a superação das relações sociais marcadas pelo mandonismo e patriarcalismo.

Os debates travados acerca da emancipação feminina, certamente, fizeram parte da cultura anarquista endossando a proposta de Revolução Social do grupo. A “questão feminina” (Ribas, 2015, p. 92) defendia uma participação política; logo, essa temática, que foi “[...] pensada e veiculada em A Plebe, estava intimamente ligada ao

mundo operário” (Ribas, 2015, p. 92), que tinha o objetivo de criticar “[...] ferrenhamente as limitações políticas [...]” (Ribas, 2015, p. 92).

Contrariamente à cultura de poder, os anarquistas pretendiam destruir as relações de domínio existentes, sobretudo a subordinação das mulheres. Dessa forma, a militância realizada nas páginas do jornal atuava como um instrumento de formação para os leitores, ou seja, os operários.

A figura inapta para tomar decisões, atribuída à mulher trabalhadora que necessitava colaborar com o desenvolvimento de seu grupo familiar, pode ser facilmente notada na edição de outubro do ano 1934, de número 73. Erna Gonçalves, mulher e escritora, denuncia, por meio de seu texto publicado em “A Plebe”, a situação da mulher proletária, como forma de consciencializar não somente os trabalhadores, mas, especialmente, as trabalhadoras sobre sua posição social.

É humilhante, é desconforme, é revoltante a situação em que veem permanecendo as mulheres através das gerações que se sucedem. E tu, mulher proletária, mulher burlada, mulher traída, esfacelada, continuas calma, sem te importares com o horroroso monturo que de ti constroem, nem sequer compreenderes o escárnio de que és objeto. Não vês quanta mulher decaída há pelo mundo quanta desgraçada a sofrer as mais ridículas humilhações pelo pão duro e amargo de cada dia! Tu não vês nem os teus próprios horrores, não compreendes que o teu sofrimento acarreta a amargura social. Indiferente e esquecida dos teus sofreres, deixas sofrer os teus filhos, teu esposo, teus pais e teus irmãos. É preciso que despertes, mulher proletária! Tu és tudo nesta vida universal; tu és a própria vida, és a seiva alimentícia dos teus descendentes. [...] Mulher proletária, o teu destino está em balanço: Ou te ergues possante e forte, unida e sem temor contra os intrujões que te escravizam ao trabalho, quando o teu lugar era no lar a cuidar dos teus filhos, ou serás eternamente desgraçada e contigo todos os teus. É preciso agir! Tu não podes ter a consciência intranquila, pelo crime que cometes. Companheiras, a obra! A revolta que nos infundem os bárbaros atos dos senhores "feudais" da atualidade, não pôde continuar recalcada. *Ajamos* pois, mulheres proletárias, e o primeiro passo no campo da luta é a união. Unamo-nos fortemente e seremos invencíveis (A Plebe, 1934, n. 73, p. 2).

A autora expõe duramente as feridas carregadas pelas mulheres pertencentes à camada dominada; para além disso, dedica-se ao chamamento para a união das trabalhadoras em busca de revolução. Entretanto, ao analisarmos o artigo do periódico sob a perspectiva da contradição proposta pelo materialismo, nota-se que, mesmo a autora defendendo pautas anarquistas, fala sutis revelam o enraizamento do patriarcado em uma direção contrária à emancipação das mulheres. Nesse

sentido, ainda que considerando a proposta anarquista de superação da ordem burguesa, a participação das mulheres se encontra restrita, a julgar pelo artigo analisado, na medida em que reservava para elas o espaço doméstico.

No entanto, antes de prosseguirmos, é necessário apontar que o entendimento que restringia a participação feminina não foi o único. A compreensão que a superação da sociedade de classes é um requisito fundamental para a emancipação da mulher e do homem também fez parte do movimento libertário. No Brasil, verificamos esse debate em diferentes manifestações anarquistas publicadas na imprensa operária. Quando da inauguração do Centro Feminino de Educação, em 1922, a militante anarquista Isabel Cerrutti proclamou:

A emancipação da mulher não está na igualdade desta perante o homem, nas prerrogativas políticas, de mando e de trabalho, mas sim na emancipação da Humanidade da tutela política e na igualdade econômica e social de todo gênero humano. [...] A mulher não é escrava do homem (salvo em casos anormais), mas sim escrava juntamente com o homem de mil preconceitos, e vítima, como ele, da exploração exercida pelos potentados de ambos os sexos, tanto sobre o homem como sobre a mulher. [...] igualá-la aos homens é ficar onde estamos. Nós devemos é lutar ao seu lado e junto aos homens para que a emancipação da mulher seja um fato, não para a mulher, ou para o homem, mas para todas as pessoas (inclusive crianças e adolescentes) para a Humanidade, porque os dois sexos se integram e se completam (Cerrutti *apud* Rodrigues, 2007, p. 95).

De tal modo, a luta pela emancipação feminina se constituía, antes de tudo, no combate pela superação do capitalismo, pois, somente dessa forma, a mulher poderia se emancipar das relações de opressão. Nesse contexto, emergiram-se inúmeras questões relacionadas à maternidade, aos relacionamentos afetivos, ao trabalho etc., que também fizeram parte das discussões presentes em “A Plebe”.

Em outro artigo com data de 15 de julho de 1933, a escritora de nome Lupianez dirige seu discurso para a mulher da camada trabalhadora:

Companheiras, a postos! A ti, me dirijo, mulher proletária, porque é chegado o momento em que é necessário que compreendas que não é esse o lugar aonde estás metida o que te compete nesta sociedade corrompida em que vivemos. Não descobristes ainda que o teu dever é lutar ao nosso lado por uma causa que a todos nos diz respeito e que ninguém senão nós mesmos poderemos conquistar? Pois vou-te explicar: a tua vida atualmente está cheia de toda a classe de perigos e de humilhações. E qual é a razão? A verdade é esta, crua e nua. Tú tremes deante do patrão, deante do gerente, qual frágil

varinha açoitada pelo vento, apesar de deixares o teu sangue generoso pegado á terrível máquina onde trabalhas horas e horas consecutivas a troco de uns míseros tostões que acabam por aniquilar pela fome, a tua preciosa existência. Não tremas, companheira! Revolta-te e mostra que não és a escrava que eles julgam, pois tu, companheira, és digna de melhor sorte. E quando sentes um pequenino ser mexer em teu ventre, criando-se já raquítico pelo esforço que fazes no trabalho que tens que suportar até à última hora, não te revoltas? Tu que amamentas o teu pequerrucho e lhe dá vida, no momento em que já saiba compreender-te e diz-lhe bem alto, estas palavras candentes como a lava do Vesúvio e sublimes como a maior entre as maiores das obras: Amor, Justiça e Fraternidade para todos os homens sobre a terra. Não vês como eles ágem, levando a miséria aos lares e implantando o terror com as suas garras aduncas esse horrível fascismo? Companheira, que me lês, afastaste completamente da Igreja, e com o teu verbo cheio de amor, leva sempre em mira a propaganda do Ideal que nos une na desgraça, e em toda parte nos subúrbios, nos bondes, na praça pública, espalha a semente pura do Anarquismo; imita, proletária querida, as companheiras da Espanha que preferem morrer nas barricadas das ruas antes que ser fustigadas pelo latejo dos jesuítas e caterva. Já vês, companheira, que devemos lutar unidos em prol da nossa obra, porque entre nós não ha, não existe, sexo fraco. Todos somos iguais e fortes e vencerêmos para bem da humanidade. Para a frente pois, Companheiras, a postos! (A Plebe, 1933, n. 3, p. 2).

Vemos que as páginas do jornal são marcadas pelo intenso clamor das autoras, para que as trabalhadoras se revoltassem e se unissem em um movimento de luta com o intuito de mudar suas realidades impostas pelo sistema capitalista.

Por fim, a participação das mulheres em “A Plebe” se constitui na expressão das experiências de luta nos ambientes de trabalho e na militância propriamente dita. Suas ações, reivindicações e propostas foram forjadas em um contexto marcado pelas relações patriarcais.

Com isso, voltaremos nossa atenção, na próxima subseção, para as discussões sobre o direito ao voto feminino, no contexto das páginas do jornal “A Plebe”. Mesmo a militância anarquista, em sua essência, não advogando pela participação no sistema eleitoral como meio de mudança social, não podemos afirmar que se tratava de um pensamento homogêneo, haja vista as contradições existentes dentro do próprio periódico.

3.3 O VOTO FEMININO NA PERSPECTIVA DE “A PLEBE”

Antes de prosseguirmos, é importante apontar que a primeira onda feminista no continente europeu reivindicava a participação política nas assembleias legislativas, mas era completamente ignorada. Esse primeiro passo do movimento feminista pode ser identificado com o ideário liberal da burguesia, pois não questionava os fundamentos materiais das desigualdades de classe e de gênero.

Herdeira do legado patriarcal das sociedades pretéritas, a sociedade burguesa que alardeou os postulados liberais da Revolução Francesa não compactuou com a participação das mulheres nas atividades políticas. Em linhas gerais, a participação feminina era entendida como um risco à manutenção da família tradicional.

Ainda no “velho continente”, a luta pelo sufrágio feminino se espalhou por diferentes países como expressão da luta contra a dominação masculina. Não se tratou de uma simples manifestação, mas de enfrentamentos com forças policiais a serviço do Estado burguês.

No Brasil, a inexistência de um sistema escolar penalizou os filhos da classe trabalhadora, fundamentalmente as mulheres. Em virtude do patriarcalismo, enraizado nas relações sociais, a opressão sobre a mulher trabalhadora era ainda mais insuportável. Nas relações familiares, como vimos no Código Civil de 1916, Lei nº 3.071, era submetida ao marido. Tal condição se demarcava como um obstáculo à integração das mulheres no espaço público, pois se fazia hegemônica a ideia de que eram despreparadas para a tomada de decisões.

Isso não significou a ausência de resistência das mulheres. Muitas excluídas do direito de voto e da educação, a luta ganhava contornos de superação das condições de opressão. Porém, as proposições de luta variaram conforme as orientações políticas das diferentes lideranças de classe do período. Segundo a perspectiva do jornal:

A transformação da mentalidade humana será conseqüente da transformação política e económica operada. E' preciso convir que, uma vez modificado o meio econômico, social e político, a cultura intelectual resplandecerá com luz vivificante, de forma que os preconceitos do passado não aguentarão a investida da moderna concepção da vida. Sustentamos, no campo filosófico, que as idéias não são inatas: são produto da educação e da influência que o meio

social exerce sobre o indivíduo. As tradições podem influir poderosamente na formação intelectual e moral do indivíduo, na atual organização social, onde os meios culturais estão açambarcados, como estão os elementos de produção e consumo; mas, não acontecerá igualmente numa sociedade onde a ciência e a arte estão ao alcance de todos; onde a mentira não tem razão de existir, uma vez que as causas que lhe deram razão de ser, desapareceram. Uma ou duas gerações, no máximo, será suficiente para destruir com as lendas e as convenções estúpidas de uma civilização que tanto desgosto deu á humanidade. O bom senso diz que a formação das comunas livres será o produto direto da revolução social libertaria. E' inconcebível que as instituições autoritárias, destroçadas pela revolução libertaria, possam ressurgir novamente. Se tal fenômeno se produzisse, haveria que acreditar na fatalidade e, portanto, no castigo "divino" de que os homens tem que viver escravizados. Abolido o dinheiro e a propriedade privada, a nascente organização comunal, terá por escopo, naturalmente, garantir a supervivência do novo sistema de vida; mover-se-á num plano de modo que os comuneiros fiquem integralmente satisfeitos. Entendemos que a revolução social libertaria, para que surta efeitos salutares a humanidade, não será obra exclusiva dos sindicatos ou de instituições congêneres – cooperativas –, senão que abrangerá todos os homens livres, embora não sindicalizados. Logo, uma vez que a revolução é realmente um acontecimento histórico, para não haver solução de continuidade, necessário é que o movimento reconstrutivo do após revolução satisfaça integralmente aos revolucionários. Daí que não podem prevalecer normas deste ou daquele organismo, mormente gestados e amadurecidos ao calor das instituições autoritárias derrubadas (A Plebe, 1934, n. 59, p. 2).

A assertiva salienta a necessidade de revolução do cenário econômico, social e político que resultaria na ressurgência de uma cultura intelectual revigorada, capaz de suplantar preconceitos históricos. Partindo do conceito de que as ideias não são inatas, mas moldadas pela educação e pelo ambiente social, a ciência e a arte deveriam estar propostas de maneira universal na sociedade, para que a formação das comunas livres pudesse existir.

Ainda nesse contexto, os anarquistas advertiam sobre os impedimentos que precisavam acontecer em casos de ressurgimentos institucionais autoritários, ocasionados em virtude da eliminação do dinheiro e da propriedade privada, porque, com a crítica à persistência de normas originadas em instituições autoritárias, havia uma certa ânsia de um movimento reconstrutivo que, verdadeiramente, encarne os ideais emancipatórios, evitando perpetuar estruturas do passado.

Nesse sentido, a questão do voto feminino emergiu nas páginas de "A Plebe", principalmente após o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que regulamentou o direito de voto das mulheres. Entretanto, cabe acrescentar que os

analfabetos continuaram excluídos do exercício da cidadania, o que, fundamentalmente, incluem os extratos mais pobres da classe trabalhadora.

Em 1933, ocorreu o pleito eleitoral para a Assembleia Nacional Constituinte, e as mulheres votaram e foram votadas, pela primeira vez, em nossa história. Era a conquista de um longo período de lutas do movimento feminista em nossas terras, mas, certamente, não era a emancipação das mulheres do julgo patriarcal e capitalista.

As mulheres oriundas da burguesia industrial ou mesmo das oligarquias rurais, ainda que sujeitas à autoridade dos pais ou maridos, podiam realizar seus estudos no exterior. Aquelas oriundas da classe trabalhadora já conheciam os rigores da disciplina da fábrica, possuíam salários menores para as mesmas funções em relação aos homens e estavam sujeitas a uma série de abusos.

Nesse período em que as discussões sobre direitos civis e políticos estavam em efervescência, os anarquistas abordaram o tema do voto feminino de uma maneira peculiar. Nesse contexto, o jornal “A Plebe” não se manteve em silêncio, como podemos notar no artigo intitulado “*Direitos Civis e Políticos à mulher*”, escrito por Maria Lacerda de Moura:

A reação percebeu que a mulher vem despertando para a vida social. Tudo faliu: a Igreja, o Parlamentarismo, a Academia, a instituição legal do casamento, o ensino universitário, o patriotismo. Descobriram agora a energia feminina. Notável descobrimento nos arraiaes da polícia. E a mulher está a serviço do passado, repetindo os erros e os crimes de lesa-felicidade humana. Neste momento, todos os poderes constituídos são simpáticos à intromissão da mulher nos negócios de Estado. Ainda é o maquiavelismo generoso da civilização unisexual e clerical. E a mulher não percebe a cilada que se alista nas fileiras dos reacionários de todos os séculos. E vai votar, quando a representação parlamentar é circo de cavalinhos e o sufrágio universal, uma mentira. No Brasil, o voto feminino será uma calamidade maior – ao lado da calamidade das nossas instituições políticas. O voto feminino no Brasil colocará o país nas mãos de D. Sebastião Leme, um dos muitos que denominaram a Mussolini – “o homem da Providência” (A Plebe, 1933, n. 18, p. 2).

As palavras da militante anarquista eram precisas ao criticar, veementemente, o direito ao voto das mulheres. Se, por um lado, esse feito na história foi um marco de grande avanço na luta da emancipação feminina, por outro, sob a perspectiva da militante, era sinal da perpetuação da opressão, haja vista que o ato de votar dentro de um sistema político opressivo e autoritário equivalia a consentir com esse sistema.

Cumpra assinalar que o questionamento sobre a importância do voto se pauta na negação na participação no jogo parlamentar em uma sociedade fundamentalmente desigual. Como o Movimento Anarquista era categoricamente contra o sistema político representativo, tal como estava imposto, os militantes frequentemente defendiam a autogestão, a descentralização do poder e a criação de comunidades autônomas como alternativas ao sistema político tradicional.

Desse modo, podemos afirmar que a desconfiança no Estado e na autoridade centralizada fazia com que muitos autores anarquistas do jornal acreditassem que, independentemente de quem liderasse a máquina pública, essa estrutura hierárquica de poder, inevitavelmente, levava à opressão. Por esse motivo, eles buscavam a abolição do Estado e a descentralização do poder, com a tomada de decisões sendo feita de forma direta e localizada pelas comunidades.

Além do exposto, compete salientar que os libertários não acreditavam na possibilidade de um governo do “povo” em função das desigualdades presentes na sociedade e, dessa forma, a democracia não passaria de uma abstração, uma vez que o poder se concentrava nas mãos de poucos.

Na próxima subseção, intitulada “Resistências no jornal: amor livre, emancipação e igualdade de gênero”, investigamos como o jornal “A Plebe” abordou e promoveu ideias libertárias e revolucionárias em relação às questões de gênero e à liberdade pessoal. Discussões sobre o amor livre, um conceito que desafiava as normas tradicionais de casamento e relacionamento, também estão presentes nessa subseção, que analisa as estratégias e narrativas usadas para avançar na causa da emancipação feminina. Ao desvendar essas temáticas, buscaremos entender de que maneira o jornal serviu como um veículo de resistência, defendendo a igualdade de gênero e contestando as estruturas patriarcais vigentes.

3.4 RESISTÊNCIAS NO JORNAL: AMOR LIVRE, EMANCIPAÇÃO E IGUALDADE DE GÊNERO

Ao desvendar as complexas interseções entre a mídia impressa e os movimentos sociais, buscamos compreender como tais discursos desafiam estruturas normativas, oferecendo perspectivas alternativas que ecoam os anseios por

transformações sociais profundas. No intrigante universo dos jornais, onde as palavras se tornam catalisadoras de revoluções silenciosas, adentramos em um terreno de narrativas subversivas que desafiam as amarras sociais.

Embora carregasse a marca de articulistas masculinos, salienta-se o notável predomínio de contribuições fervilhantes provenientes de mulheres militantes. O periódico se destacava não apenas por suas palavras, mas pela ousadia e contundência intrínsecas às vozes femininas que o habitavam. Os artigos, predominantemente forjados pelas mãos e mentes femininas, não só desafiavam as normas sociais da época, mas também inseriam uma perspectiva singular nos debates sobre liberdade, emancipação e igualdade de gênero. Nesta subseção, buscaremos desvendar as complexas nuances do modo como as vozes femininas moldavam e desafiavam os rumos do discurso jornalístico, tornando-o um palco de resistência e afirmação das lutas por equidade e emancipação.

Nessa direção, as proposições a respeito da emancipação das mulheres são escancaradas no jornal em diversas edições



Figura 6: Artigo “Paradoxos Femininos”
Fonte: A Plebe (1933, n. 16, p. 2).

Segundo a figura apresentada, temos a continuação do artigo:

ma criação dos costureiros dos grandes armazens de Paris, por mais estrambótica, exquêsita, berrante e inestetica que seja. É' moda, e fulana e sicrana já teem, já possuem, já usam e todas desejam não ficar para trás, não passar por menos que elas; a moda é imperativa e elas sugcitam-se-lhe como servas obedientes sem refletir, sem pensar, sem examinar se tal côrte, ou tal feitio, ou tal côr se adaptará e condizirá com o talhe de seu corpo, com a côr de sua péle ou de seus cabelos, com a esbeltez da sua estatura.

O derradeiro vestido, o mais recente sapato, o ullimo chapeu que chega no mais novo figurino, é esse que se deseja, que se compra, que produz cócegas na imaginação das incoerentes criaturas. A ultima receita de bolos ou de petisqueira gastronomicã, é essa que se adota e que se deseja comer. Veiu a moda do cabelo cortado e todas cortaram o cabelo. Veiu o uso da meia de sêda, da saia curta, da blusa decotada e sem mangas e todas obedeceram imediatamente. E quem levou as danças selvagens e sensuais para os salões? Eu não fui, foram elas.

Qual hoje gosta de andar de bonde podendo andar de automovel?

— Nenhuma. E todas gostariam muito mais de andar de avião. Qual prefere a luz de querosene á de electricidade? — Nenhuma, está claro. E todas gostam de renovar os moveis e os vestidos e os chapeus e os sapatos e o seu gosto seria renová-los todos os dias

em religião ou moral. Ao contrario dum sêr progressivo, encontramos uma criatura retrógrada, apegada a tudo que é tradicional, arcaico, antiquado, desusado, constituindo a base e formando os alicerces de todas as erronias, de todas as crenças mais obsoletas e irracionais, de todas as religiões mentirosas, fantasticas e atemorizadoras, por excelencia. E se isto não fôr verdade, respondam-nos:

Quem mantém de pé os templos, as igrejas, as capelas? — A mulher.

Quem fornece dinheiro aos padres de qualquer hierarquia para que os mesmos se mantenham e sustentem e desenvolvam a obra de fanatismo, de catequização e de embrutecimento humano? — A mulher.

Quem manda os filhos, as crianças, aos templos e ás escolas religiosas para que estes, iludidos pelas doutrinas bíblicas e pelas mentiras sacerdotais, nunca mais se libertem dessas crenças estultas e ajudem a manter de pé esta sociedade mentirosa e exploradora? — A mulher.

Quem fornece os filhos aos seminarios, candidatando-os a futuros sacerdotes e, por isso mesmo, a misticadores da humanidade? — A mulher.

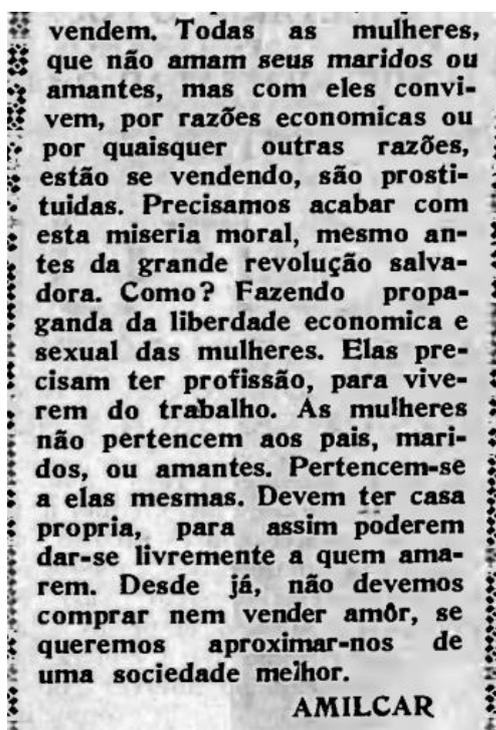
Mas, como pôde essa criatura ser assim tão contraria ao proprio interesse e destino da coletividade? Porque essa dualidade de proceder, de conceber, de agir? Será que não pensa, não raciocina, não discerne? Para o conforto e vaidade pessoal é por tudo que seja modernissimo. Em ideias, porém, adota as de ha mil anos atraz, as dos tempos das cavernas, tudo que é arqueológico, anacronico, insubsistente! Como remediar tão grande mal? Como fazer interessar a mulher pelas ideias modernas?

Figura 7: Continuação do artigo "Paradoxos Femininos" sem autoria assinada
Fonte: A Plebe (1933, n. 16, p. 2).

O artigo em questão, ao comparar a mulher dos cuidados domésticos àquela do campo do conhecimento e da filosofia, traz reflexões importantes sobre como o papel da mulher impacta diretamente a sociedade, sobretudo com os assuntos relacionados à Igreja, haja vista que, segundo o texto, ela é a responsável por todas as decisões familiares nesse contexto. Tal artigo nos permite analisar, a partir dos pressupostos de Marx (1985), respaldados na contradição, que as denúncias feitas no jornal, ainda que 'difíceis' de serem lidas, fazem com que o público feminino se questione sobre sua própria essência, a fim de não cometer os mesmos erros do tempo anterior ao que se escreve.

A emancipação, pauta latente pelos militantes do jornal, deveria ultrapassar os caprichos reverenciados pela mulher burguesa, sendo necessário, por sua vez, que a mulher trabalhadora fosse capaz de pensar, compreender e refletir a sua própria realidade. O ideal de emancipação feminina, aqui, faz-se a partir da destruição de diferenças entre os sexos, ao se tornar possível que todos os seres humanos se desenvolvam com as mesmas oportunidades (Maciel, 2010).

O texto de Amilcar, publicado na edição de 1934, sugere que, antes da grande revolução, seja necessário acabar com a miséria moral na qual vivem as mulheres:



vendem. Todas as mulheres, que não amam seus maridos ou amantes, mas com eles convivem, por razões econômicas ou por quaisquer outras razões, estão se vendendo, são prostitutas. Precisamos acabar com esta miséria moral, mesmo antes da grande revolução salvadora. Como? Fazendo propaganda da liberdade econômica e sexual das mulheres. Elas precisam ter profissão, para viverem do trabalho. As mulheres não pertencem aos pais, maridos, ou amantes. Pertencem-se a elas mesmas. Devem ter casa própria, para assim poderem dar-se livremente a quem amarem. Desde já, não devemos comprar nem vender amor, se queremos aproximar-nos de uma sociedade melhor.

AMILCAR

Figura 8: Excerto do jornal escrito por Amilcar
Fonte: A Plebe (1934, n. 72, p. 2).

O tom utilizado pelo autor, ao chamar todas as mulheres de prostitutas, não deve ser amenizado em razão da discussão que se segue ressaltando a importância de que elas tenham uma profissão. É fato que nenhuma deveria pertencer a maridos, pais, amantes ou irmãos como propriedade, no entanto podemos observar, pelo texto, a constante abordagem para com a questão da emancipação feminina, como uma chamada para a luta libertária que envolve todos os trabalhadores.

Se, por um lado, as mulheres sofrem com uma opressão maior em seus empregos, por outro, a violência se intensifica quando são tratados assuntos específicos em relação à mulher:

AMOR LIVRE...

<p>Aquêlê meu artiguete inserto na "A Plebe" sob o título: "Não ha religião superior á verdade", valeu-me a oferta de dois opusculos, de autoria do almirante Thompson.</p> <p>Agradou-me imensamente a leitura, mormente daquele intitulado "O amor e a familia", em que o autor encara, com desassombro raro em brasileiros, a questão da aproximação dos sexos para a perpetuidade da raça humana.</p> <p>Quisera agradecer diretamente a oferta, mas não sei quem foi o gentil remetente.</p> <p>Si eu fora crente no espiritismo, estaria acreditando que esse presente me veiu do além, de algum espirito amigo e bom. E me poria a propalar isso fanática e supersticiosamente. Mas, para minha felicidade, não creio em tal.</p> <p>Entretanto, agradeço muito a gentil oferta. E como já varias pessoas me teem perguntado algo sobre o que eu penso do amor</p>	<p>livre, vou aproveitar-me desta oportunidade para agradecer a oferta de "O amor e a familia" e dizer o que penso:</p> <p>Jamais me ocupei deste assunto, por achar que a questão do pão está acima das questões do amor.</p> <p>Penso que só depois de se conquistar o pão para todos é que haverá a possibilidade de se exaltar o amor na plenitude de sua sagrada e santa missão criadora, tanto na esfera material como nas sublimidades morais, dando vida a seres humanos e inspirando a perfeição e a beleza da vida.</p> <p>Antes de sonhar em vão eu sou anarquista positiva; e por isso, deixo a questão do amor para se resolver por si, quando a humanidade puder faze-lo, livre do embargo economico que determina as dificuldades da existencia, sem a necessaria predisposição para amar.</p> <p>Amar, amar livremente, numa sociedade de algemas?</p> <p>Quantas vezes temos que recalcar o sublime instinto, na an-</p>	<p>gustiosa expectativa da incerteza do pão?</p> <p>Em se tratando do sexo masculino, ainda êle se arranja, da melhor forma possivel, mas a mulher?</p> <p>Ai dela se ousar se pronunciar á respeito, reivindicando o direito de criar á saciedade.</p> <p>O resultado é aquêlê: A sargeta da rua, o estigma do desprezo e a ponta do pé masculino, que a farão rolar na lama da miseria.</p> <p>Por isso, deixemo-nos de utopia, senhores, vamos, antes, á conquista do pão para a igualdade economica de todos os seres. Só então, depois disso, a mulher poderá amar livremente, quando e como o queira, estabelecendo a exaltação da moral, para a sublimidade do amor, grandeza do genero humano e efetivação da felicidade: criando vidas humanas e inspirando a perfeição e a beleza da vida.</p> <p>São Paulo, 14-7-934</p> <p style="text-align: right;">ISA RUTI</p>
---	---	--

Figura 9: Artigo publicado em "A Plebe", escrito pela militante Isa Ruti
Fonte: A Plebe (1934, n. 68, p. 3).

Isa Ruti, categoricamente, aborda que sua preocupação maior, vinda antes das questões amorosas, deve-se, primeiramente, às questões de gênero. Após o momento em que a sociedade se livrar das correntes do capitalismo e as mulheres puderem se pronunciar sem serem estigmatizadas, o amor poderá ser pensado livremente. A autora ainda convida os leitores, para que, juntos, possam ir à luta para a transformação dessa realidade alcançando igualdade econômica.

Os anarquistas, em geral, reconhecem a imprescindibilidade de manterem o olhar atencioso para com a questão feminina, sendo totalmente diferente da realidade dos homens. Nesse sentido, o movimento anarquista buscou sempre apoiar as mulheres com a intenção de promover a liberdade delas. Não se tratava apenas de libertar as mulheres, mas era preciso mostrar a elas um jeito incisivo de conquistar essa liberdade.

No texto de Maria Seijó, intitulado *A's Mulheres*, a emancipação feminina é tida como ferramenta que possibilitará a revolução social:

A religião é o narcótico dos povos” disse Voltaire. E quanta verdade encerram tais palavras [...] deste fanatismo, deste afã de encontrar seres supremos, nasceram amos e escravos; os primeiros com mais astúcia e inteligência, (picardia) souberam aproveitar-se desses instantes de humildade em que se encontravam os seus irmãos ante o Ídolo, levantando-se a tempo de poder colocar o pé sobre a sua cabeça para impedir que chegassem a ver a sua ousadia, enquanto os embalavam com cânticos nefastos de um mais além. Desde então todas as suas orações são protegidas pelas máximas religiosas que fundaram para as suas conveniências, rodeando-as de lendas absurdas e inverosímeis. Recomendam submissão e obediência para com os superiores, a fim de estarem de bem com o todo poderoso, de que nos falam como do papão dos escravos e dos ignorantes. Ser paciente ante as injustiças humanas, á espera da justiça divina, mostrando uma face quando a outra seja esbofeteadada. Enfim, matando a nossa dignidade para converter-se em farrapo e ser manejado para seu benefício pelos chamados instrutores do povo ao qual vezam e prostituem.

Quanto sarcasmo encerram tais máximas e quanta ousadia se necessita para pregá-las. Falam-no dum Deus que para a simbolização da igualdade no gênero humano, originou as duas causas da vida na mesma matéria; e hoje, como homenagem a esse mesmo Deus, obrigam-nos ao opróbrio da desigualdade, formando seres superiores aos quais devemos humildade e obediência para alcançar as suas graças.

A que superiores se referirá esse todo supremo que apresentam, livre de prejuízos e ambições, ou é que também com os anos os atavismos de classes e castas fizeram e influenciaram como aos humanos, posto que desde a infância nos mostram como superiores aos quais deveremos reverencia e obediência ao feudal de todas as

épocas, que rodeado de todos os esplendores, com suas mãos polidas, o cérebro vazio e lascívia no coração, se entretém a açoutar com o látigo as costas dos que puxam a sua nora para que seu trabalho seja mais produtivo? Também ser supremo terá por superiores a estas larvas desde mundo, que dizem ele formou cheio de igualdade e harmonia?

Ou será que esse pae que todos sofre do mal de Morgadio, dando a um só todas as riquezas e o poderio sobre os seus irmãos, e a estes humilhações e misérias?

Companheiras: analisemos todos os preceitos religiosos e veremos bem que não encerram mais que favores para os poderosos e vexamos para nós os escravos, as ovelhas laboriosas e produtivas deste grande mundo, ás quais não só se as expropria da sua produção, senão que aproveitando-se da nossa ignorância, nos obrigam a render-lhes preito pondo-lhes aos pés dignidade e valor de pessoas para que eles possam calcá-las com o desprezo e aniquilá-las com a miséria, enquanto no citam versículos e nos entoam hossanas. [...] Benaventurados os que cheguem á conquista da igualdade, porque eles estenderão a paz em todo o mundo. Não esquecer, mães, que onde existir a ignorância, não pode existir a ventura. E a cultura de um povo gradua-se pela magnitude do seu fanatismo; despojemo-nos desse obstáculo e tratemos de fazer da futura geração, seres conscientes e livres de espírito. Não pode haver paz, existindo superiores (A Plebe, 1933, n. 23, p. 2).

Diante da assertiva, analisemos, com cautela, alguns pontos tratados pela autora. Em um primeiro momento, traz-se a visão contundente sobre a influência negativa da religião na sociedade, destacando a perspectiva de Voltaire, que classificou a religião como “o narcótico dos povos”, e argumentando que a fé tem sido historicamente utilizada para manter a desigualdade e a opressão. Maria Seijó também critica o papel da religião na criação de amos e escravos, ao ressaltar a astúcia dos poderosos em se aproveitar da humildade dos crentes para manter sua dominação. A crítica se estende ao uso de máximas religiosas que promovem a submissão, obediência e paciência diante das injustiças humanas, enquanto os líderes religiosos manipulam a dignidade das pessoas em benefício próprio.

O sarcasmo da autora é evidente ao abordar a suposta igualdade simbolizada por um Deus que criou a vida na mesma matéria, contrastando isso com a realidade de desigualdade imposta pela sociedade. Ela questiona, ainda, se os supostos superiores divinos são realmente desprovidos de preconceitos e ambições, ou se, ao longo do tempo, foram moldados pelas influências humanas.

Já ao final de seu texto, a anarquista conclama as companheiras a analisarem os preceitos religiosos, afirmando que eles favorecem a classe burguesa, enquanto

oprimem os escravos e trabalhadores produtivos. A busca pela conquista da igualdade é apresentada como um caminho para estender a paz pelo mundo, e a importância da educação e da consciência é enfatizada como um meio de superar o fanatismo que perpetua a ignorância. Em última instância, o texto reflete uma abordagem crítica e militante, de modo a defender a necessidade de questionar e superar as estruturas religiosas que contribuem para a desigualdade e a opressão, em busca de uma sociedade mais consciente e livre.

As representações de mulheres em imagens no periódico correspondem a algo constante de ser notado, com a legenda voltada para a civilização, intitulada “Erguendo a sociedade do trabalho sobre o entulho do regime capitalista”. A mulher é retratada como a própria “civilização”, escrita em sua coroa em meio a ferramentas militares e instrumentos do trabalho:



Figura 10: “Erguendo a sociedade do trabalho sobre o entulho do regime capitalista”
Fonte: A Plebe (1919, n. 25, p. 1).

Na figura, entendemos que se trata da negação dos símbolos do capital e da valorização de quem o mantém em funcionamento, ou seja, o operariado. Em suma, podemos enunciar que o plano anarquista para a emancipação feminina focaliza a educação não apenas como um processo de instrução, mas como um meio de envolver as mulheres em debates sobre questões sociais. Reconhecer a condição de opressão é considerado o primeiro passo para alcançar a libertação.

A transformação, do ponto de vista do jornal, requeria a organização ativa das mulheres e sua participação nas lutas sociais, conforme discutido anteriormente, e envolvia aspectos, como a redefinição da sexualidade, a promoção de novas dinâmicas familiares, a recusa aos valores burgueses e a busca por uma abordagem diferente da maternidade.

Além disso, o projeto anarquista destacou a rejeição dos padrões estabelecidos pelas mulheres burguesas, realçando a necessidade de seguir modelos libertários. Assim, no que tange à emancipação da mulher, ao ser considerada uma das principais bandeiras nas lutas sociais, entende-se que todas essas questões mencionadas contribuíram para a estruturação desse projeto anarquista que visava a tornar o ser feminino independente e emancipado.

Por fim, ao longo deste estudo, evidenciamos como as mulheres anarquistas utilizaram o jornal “A Plebe” como um veículo de resistência e de expressão de suas lutas por amor livre, emancipação e igualdade de gênero. É inegável que as ações, reivindicações e propostas por tais mulheres desafiaram as estruturas patriarcais e capitalistas, construindo um discurso revolucionário que transcendeu o contexto histórico de sua época. Assim, com base nas discussões travadas, direcionaremos nossa atenção para as considerações finais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada no decorrer das seções desta dissertação sobre a educação anarquista em foco, a emancipação da mulher, aponta como resumo do processo histórico a formação dada pela imprensa e os artigos polêmicos, porém críticos, do jornal “A Plebe”. Nas páginas do periódico, pudemos contemplar não apenas os ideais de um movimento de emancipação feminina anarquista, mas também a prática jornalística dentro do contexto libertário.

Com a chegada dos imigrantes em solo brasileiro, não foi possível conter a propagação dos ideais anarquistas. Junto ao movimento operário, os militantes que escreviam no jornal se propunham a educar trabalhadores para que fossem desveladas as correntes da classe dominante. Nesse sentido, a educação era vista como uma ferramenta imprescindível para alcançar a revolução social que originaria uma sociedade anarquista alicerçada nos princípios da igualdade, liberdade e rejeição governamental.

Nesse contexto, verificamos que as ideias para a educação libertária só foram materializadas quando as perspectivas dos educadores militantes chegaram ao Brasil com os imigrantes advindos da Europa, que saíram de seus países em busca de um sonho e se depararam com uma triste realidade.

Diante de muito trabalho e pouco pagamento, tais operários se viram em condições subumanas e, a partir disso, a revolta foi o que se procedeu. Ao cruzarem os braços, os trabalhadores se aglutinavam em sindicatos na tentativa de fazerem ouvir a sua voz com uma política cooperativista. Desse modo, ao perceberem que havia a necessidade de permitir alguns direitos aos operários, a classe burguesa assim os permitiu com a intenção de alicerçar a sua soberania e poder para controlar o proletariado.

Nessa direção, a forma com que os anarquistas encontraram para difundir e inflamar, de fato, as ideias libertárias, era por meio da imprensa operária. Os textos presentes em “A Plebe” instigavam os trabalhadores a ler nas entrelinhas do jornal e assim fossem à luta por seus direitos.

Ao proporem todo esse discurso nas páginas do periódico, considerando os incontáveis ataques que “A Plebe” sofreu, os anarquistas foram conduzidos a um

estado de empastelamento em virtude das críticas fervorosas acerca do Estado, da Igreja Católica e das práticas adotadas pelos patrões.

Já no que se refere à análise central desta pesquisa, estando voltada para a concepção de emancipação feminina sob a ótica dos anarquistas, notamos a imersão de diversas temáticas significativas ressaltadas nos artigos do jornal. Dentre muitas, podemos destacar o anticlericalismo, cujo enfoque foi direcionado, especificamente, para as mulheres, embora reconhecendo a amplitude desse debate dentro do periódico. Além disso, a discussão sobre a educação se revelou primordial, abordando tanto o papel da mulher como mãe e educadora de seus filhos quanto a importância da educação para a emancipação feminina.

Outro ponto de destaque foi a abordagem sobre família e amor livre, que trouxe à tona reflexões profundas sobre os modelos tradicionais de relacionamento e a busca por novas formas de liberdade afetiva. A infância, a maternidade e a memória das mulheres anarquistas e intelectuais também foram temas recorrentes, revelando a importância dessas figuras na construção do movimento.

Além disso, a participação feminina e as condições de trabalho das mulheres foram amplamente discutidas, evidenciando as lutas por direitos iguais e melhores condições de vida. A prostituição, a sexualidade e as críticas às mulheres que adotaram essa prática também foram temas abordados, com frequência, nas páginas do jornal, de maneira a destacar as complexidades e contradições presentes na sociedade da época.

É relevante mencionar que, na análise dos textos escritos por mulheres, identificados pelas assinaturas, abordou-se uma variedade de questões para além do feminismo, de tal modo a enriquecer o debate e a pluralidade de perspectivas presentes no jornal.

A partir das discussões travadas nessas temáticas e das reflexões proporcionadas pelo jornal, foi possível construir uma análise profunda e abrangente sobre a questão da emancipação feminina no contexto anarquista das décadas de 1932 a 1934. Ainda, vale realçar o impacto histórico das conquistas alcançadas durante o período analisado, como a aquisição do voto feminino, que se tratou de uma importante vitória refletindo não apenas as demandas das mulheres, mas também o avanço na democratização do processo político. Tal processo que não fora bem-visto – e muito menos aceito aos olhares dos anarquistas.

Esse marco representou não somente uma mudança nas leis, como também uma transformação na percepção social sobre o papel e os direitos das mulheres na sociedade. Portanto, ao finalizar esta dissertação, é fulcral reconhecer as contribuições do jornal “A Plebe” para o debate sobre a emancipação feminina e o seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este estudo, para além de lançar luz sobre um período específico da história, destaca a relevância contínua das lutas feministas e anarquistas para a nossa compreensão do passado e do presente.

Muito ainda teria a se dizer e analisar sobre o periódico “A Plebe”, tendo em vista sua riqueza em material, como destacado neste estudo investigativo, que nos levou à conclusão de que o discurso propagado pelo jornal operário permitiu a consciência enquanto classe; possibilitou a organização dos trabalhadores; e, para além disso, comprometeu-se em ofertar uma formação libertária para tornar as mulheres indivíduos emancipados.

Por fim, a temática não se esgota somente com esta dissertação. Contrária a essa ideia, pensamos que, na verdade, seja um trabalho para alavancar questões importantes e sugerir novos caminhos para futuras pesquisas, ainda mais aprofundadas, que reflitam sobre as implicações da imprensa operária, do movimento anarquista e das lutas femininas no Brasil, bem como a relevância dessas discussões para os desafios contemporâneos em termos de igualdade de gênero e emancipação das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O que é Sindicalismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BAKUNIN, Mikhail. **Socialismo libertário**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1979.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907**. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial, 1907. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>. Acesso em: 15 set. 2023
- BRASIL. **Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930**. Dispõe sobre a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, RJ: Senado Federal, 1930. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/437000/publicacao/15831182>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931**. Regula a sindicalização das classes patronaes e operarias e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1931. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm. Acesso em: 22 jul. 2023.
- BRASIL. **Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932**. Decrata o Código Eleitoral. Rio de Janeiro, RJ: Senado Federal, 1932. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/440250/publicacao/15695060>. Acesso em: 27 set. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.
- CAMPOS, Cristina. **O sonhar libertário**. Campinas: Editora Pontes, 1988.
- CERTAU, Michel de. **A História da Escrita**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: O Brasil Republicano. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 359-392.

FLORESTAN, Fernandes. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GALLO, Silvio. **Pedagogia do Risco**. Campinas: Papitus, 1995.

GARZIA, Ricardo Ferrini. **Traçando a anarquia**: o imaginário dos militantes do Jornal A Plebe e as suas ilustrações (1917-1924). 2013. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=108538. Acesso em: 15 ago. 2023

GONÇALVES, Aracely Mehl. **Francisco Ferrer y Guardia**: Educação e imprensa anarco-sindicalista – “A Plebe” (1917-1922). 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1208/1/Aracely%20Mehl.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

GONÇALVES, Ody Furtado. **A constituição do homem novo anarquista no ideário dos intelectuais do jornal A’Plebe**. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KHOURY, Yara Maria Aun. **Edgard Leuenroth**: uma voz libertária. Imprensa, Memória e Militância anarco-sindicalista. 1988. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

LEUENROTH, Edgar. **Anarquismo**: roteiro de libertação social. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2010.

MACIEL, Camila Queiroz. **“Mulher libertária é a mulher libertada”**: um projeto de emancipação feminina anarquista no jornal A Plebe (1917- 1927). 2010. 159 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26157>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. v. 1, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Revista Estudos Avançados da USP**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 7-46, set./dez. 1998. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9068/10626>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930**. 2010. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/37381603-2c9d-42d9-a47e-da2234fa9a27>. Acesso em: 21 set. 2023.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906- 1936)**. 2009. 267 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1142.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PENNA, Mariana Afonso. “**À procura da Comunidade Perdida**”: Histórias e Memórias do Movimento das Comunidades Populares. 2016. 350 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/420368185/PENNA-Mariana-Afonso-Tese-MCP>. Acesso em: 15 ago. 2023.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth. A experiência feminina do anarquismo no Brasil. *In*: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997.

RIBAS, Ana Claudia. **As sexualidades d'A Plebe**: um breve olhar sobre os discursos e os debates sobre sexualidade no jornal anarquista A Plebe (1917-1951). 2015. 290 f. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160676/337785.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 set. 2023.

ROCKER, Rudolf. **Porque sou anarquista**. 2. ed. [S. l.]: Revista CNT de Compostela, 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/rocker/ano/mes/90.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

RODRIGUES, Edgar. **A história do movimento anarquista no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular, 1996.

RODRIGUES, Edgar. **Mulheres e anarquia**. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SANTOS, Kauan Willian dos. **O jornal A Plebe: militância e estratégias de propaganda anarquista no movimento operário em São Paulo (1917 a 1920)**. 2013. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/67855>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SILVA, Lígia Maria Osório. **Movimento Sindical Operário na Primeira República**. 1977. 216 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1977.

SILVA, Rodrigo Rosa da. **Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/125170852/rodrigo-rosa-da-silva-imprimindo-a-resistencia-a-imprensa-anarquista-e-a-repressao-politica-em-sao-paulo-1930-1945>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SINGER, Paul. **Dominação e Desigualdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FONTE JORNALÍSTICA

A PLEBE. São Paulo, 1919-1934. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.